

# PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA COVILHÃ

1.ª REVISÃO

**RELATÓRIO: ANEXO I – PLANOS, PROGRAMAS E  
INSTRUMENTOS DE POLÍTICA**

**PROPOSTA PARA DISCUSSÃO PÚBLICA**

Abril de 2026



**territórioxxi**



## **ANEXO I – PLANOS, PROGRAMAS E INSTRUMENTOS DE POLÍTICA**

Procede-se, de seguida, à identificação das diretrizes e orientações estratégicas com incidência territorial que devem informar a 1.ª Revisão do PDMC, de acordo com o alinhamento constante na tabela seguinte.

Proposta para Discussão Pública

N.º	INSTRUMENTO	SIGLA	PUBLICAÇÃO	ÂMBITO
01	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território	PNPOT	Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro	NACIONAL
02	Estratégia Portugal 2030	PT2030	Resolução de Conselho de Ministros n.º 98/2020, de 13 de novembro	
03	Estratégia Cidades Sustentáveis 2020	ECS 2020	Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2015, de 11 de agosto	
04	Programa Nacional para a Coesão Territorial	PNCT	Resolução de Conselho de Ministros n.º 72/2016, de 24 de novembro	
05	Programa de Valorização do Interior	PVI	Resolução de Conselho de Ministros n.º 18/2020, de 27 de março	
06	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030	ENCNB2030	Resolução de Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio	
07	Plano Setorial da Rede Natura 2000	PSRN2000	Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho	
08	Plano Rodoviário Nacional	PRN2000	Decreto-Lei n.º 222/98, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 98/99, de 26 de julho, pela Declaração de Retificação n.º 19-D/98, de 31 de outubro e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de agosto	
09	Nova Geração de Políticas de Habitação	NGPH	Resolução de Conselho de ministros n.º 50-A/2018, de 2 de maio	
10	Estratégia Turismo 2027	ET27	Resolução de Conselho de Ministros n.º 134/2017, de 27 de setembro	
11	Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Pedonal 2030	ENMAP2030	Resolução de Conselho de Ministros n.º 67/2023, de 7 de julho	
12	Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável 2020-2030	ENMAC 2020-2030	Resolução de Conselho de Ministros n.º 131/2019, de 2 de agosto	
13	Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais	PNGIFR	Resolução de Conselho de Ministros n.º 71-A/2021, de 8 de junho	
14	Plano Nacional da Água	PNA	Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro (Revisão)	
15	Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais e Pluviais 2030	PENSAARP2030	Resolução de Conselho de Ministros n.º 23/2024, de 5 de fevereiro Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2024, de 22 de agosto (Alteração)	
16	Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro	PROT-C	<a href="https://www.ccdrc.pt/pt/areas-de-atuacao/ordenamento/prot-centro/">https://www.ccdrc.pt/pt/areas-de-atuacao/ordenamento/prot-centro/</a>	REGIONAL
17	Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior	PROF CI	Portaria n.º 55/2019, de 11 de fevereiro	

N.º	INSTRUMENTO	SIGLA	PUBLICAÇÃO	ÂMBITO
18	Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis	PGRH RH4	Resolução de Conselho de Ministros n.º 62/2024, de 3 de abril	INTERMUNICIPAL
19	Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste	PGRH RH5	Resolução de Conselho de Ministros n.º 62/2024, de 3 de abril	
20	Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela	POPNSE	Resolução de Conselho de Ministros n.º 83/2009 de 9 de setembro	
21	Plano de Ordenamento da Albufeira da Cova do Viriato	POACV	Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2004, de 31 de março	
22	Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente do Centro de Portugal	RIS3	<a href="https://portugal2020.pt/wp-content/uploads/erei_centro_1.pdf">https://portugal2020.pt/wp-content/uploads/erei_centro_1.pdf</a>	
23	Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial das Beiras e da Serra da Estrela	EIDT – CIM BSE	Fevereiro de 2015 pela Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (CIMBSE)	INTERMUNICIPAL
24	Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável CIM das Beiras e Serra da Estrela	PAMUS – CIM BSE	2015 <a href="https://cimbse.pt/areas-de-intervencao/mobilidade-e-transportes/pamus-plano-de-acao-de-mobilidade-urbana-sustentavel/">https://cimbse.pt/areas-de-intervencao/mobilidade-e-transportes/pamus-plano-de-acao-de-mobilidade-urbana-sustentavel/</a>	
25	Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela	PIAAC-BSE	<a href="https://cimbse.pt/wp-content/uploads/2020/02/Plano-Intermunicipal-de-Adaptacao-as-Alteracoes-Climaticas.pdf">https://cimbse.pt/wp-content/uploads/2020/02/Plano-Intermunicipal-de-Adaptacao-as-Alteracoes-Climaticas.pdf</a>	
26	Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela	PRPNSE	Resolução de Conselho de Ministros n.º 40/2024, de 15 de março	
27	Plano de Urbanização da Grande Covilhã	PUGC	Aviso 15208/2010, de 30 de julho, Aviso n.º 7902/2018, de 12 de junho (1.ª Alteração), Aviso n.º 10380/2021, de 2 de junho (2.ª Alteração), Declaração n.º 40/2022, de 30 de março (3.ª Alteração), Aviso n.º 15471/2022, de 5 de agosto (Correção Material) e Aviso n.º 5003/2024/2, 7 de março (4.ª Alteração).	MUNICIPAL
28	Plano de Pormenor da Zona Industrial do Canhoso (Revisão)	PPZIC	Aviso n.º 11712/2012, de 3 de setembro (Revisão) e Aviso n.º 13310/2023, de 11 de julho (1.ª Alteração)	
29	Plano e Pormenor da Zona Industrial do Tortosendo – 3.ª Fase	PPZIT-3F	Aviso n.º 4341/2012, de 19 de março	
30	Plano de Pormenor das Penhas da Saúde – Zona Sul	PPPS-ZS	Aviso n.º 6992/2024/2, de 1 de abril (Revisão). Aviso n.º 25435/2024/2, de 14 de novembro (Correção material)	

N.º	INSTRUMENTO	SIGLA	PUBLICAÇÃO	ÂMBITO
31	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil do Município da Covilhã	PMEPC	Aviso n.º 1219/2021, de 19 de janeiro	
32	Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios da Covilhã – 2021/2030	PMDFCI	Aviso n.º 13156/2021, de 13 de julho	
33	Estratégia Local de Habitação	ELH	<a href="https://www.cm-covilha.pt/db/documentos/1175.1.1659429361.pdf">https://www.cm-covilha.pt/db/documentos/1175.1.1659429361.pdf</a>	
34	Carta Municipal de Habitação	CMH	--	
35	Plano de Ação para a Energia Sustentável e o Clima	PAESC	<a href="https://plantasonline.cm-covilha.pt/geoportal?webpdm">https://plantasonline.cm-covilha.pt/geoportal?webpdm</a>	
36	Plano Municipal de Ação Climática	PMAC	<a href="https://plantasonline.cm-covilha.pt/geoportal?webpdm">https://plantasonline.cm-covilha.pt/geoportal?webpdm</a>	
37	Áreas e Operações de Reabilitação Urbana	ARU e ORU	<a href="https://plantasonline.cm-covilha.pt/geoportal?webpdm">https://plantasonline.cm-covilha.pt/geoportal?webpdm</a>	

**ÂMBITO NACIONAL**
**01**
**PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (PNPOT)**

<b>Âmbito</b>	Nacional
<b>Setor</b>	Ordenamento do Território
<b>Natureza Jurídica</b>	Instrumento de Gestão Territorial
<b>Publicação</b>	Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro
<b>Resumo</b>	O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) é o instrumento de topo do sistema de gestão territorial, define objetivos e opções estratégicas de desenvolvimento territorial e estabelece o modelo de organização do território nacional. O PNPOT constitui-se como o quadro de referência para os demais programas e planos territoriais e como um instrumento orientador das estratégias com incidência territorial.

**Desafios Territoriais / Opções Estratégicas:**

1. Gerir os recursos naturais de forma sustentável
  - 1.1 Valorizar o capital natural
  - 1.2 Promover a eficiência do metabolismo regional e urbano
  - 1.3 Aumentar a resiliência socioeconómica
2. Promover um sistema urbano policêntrico
  - 2.1 Reforçar a cooperação interurbana e rural-urbana como fator de coesão interna
  - 2.2 Promover a qualidade urbana
3. Promover a inclusão e valorizar a diversidade territorial
  - 3.1 Aumentar a atratividade populacional, a inclusão social, e reforçar o acesso aos serviços de interesse geral
  - 3.2 Dinamizar os potenciais locais e regionais
4. Reforçar a conectividade interna e externa
  - 4.1 Otimizar as infraestruturas ambientais e a conectividade ecológica
  - 4.2 Reforçar e integrar redes de acessibilidades e de mobilidade
  - 4.3 Dinamizar as redes digitais
5. Promover a governança territorial
  - 5.1 Reforçar a descentralização de competências e a cooperação intersectorial e multinível
  - 5.2 Promover redes colaborativas de base territorial
  - 5.3 Aumentar a Cultura Territorial

**Compromissos para o Território:**

1. Robustecer os sistemas territoriais em função das suas centralidades
2. Atrair novos residentes e gerir a evolução demográfica



N.º	INSTRUMENTO	SIGLA	PUBLICAÇÃO	ÂMBITO
3.	Adaptar os territórios e gerar resiliência			
4.	Descarbonizar acelerando a transição energética e material			
5.	Remunerar os serviços prestados pelo capital natural			
6.	Alargar a base económica territorial com mais conhecimento, inovação e capacitação			
7.	Incentivar os processos colaborativos para reforçar uma nova cultura do território			
8.	Integrar nos IGT novas abordagens para a sustentabilidade			
9.	Garantir nos IGT a diminuição da exposição a riscos			
10.	Reforçar a eficiência territorial nos IGT			

**Programa de Ação (diretrizes de conteúdo):**

1. Explicitar a estratégia territorial municipal, estabelecendo os princípios e os objetivos subjacentes ao modelo de desenvolvimento territorial preconizado, explicitando a coerência do modelo com as orientações de ordenamento do território nacionais e regionais, bem como as orientações específicas de natureza setorial e especial aplicáveis e identificando as inerentes opções de organização, classificação e qualificação do solo e de regulamentação e programação adotadas.
2. Definir o sistema urbano e as áreas de localização empresarial tendo em conta a inserção das centralidades nas redes municipais e supramunicipais e considerando os sistemas de mobilidade e as adequadas condições de acesso da população a serviços de interesse geral e das empresas a serviços de interesse económico.
3. Considerar a perspetiva da eficiência energética nas opções de povoamento e de mobilidade, classificando e qualificando o solo com base em pressupostos de eficiência energético-ambiental e descarbonização, favorecendo a redução das necessidades de deslocação e fomentando novas formas de mobilidade sustentável.
4. Identificar carências e necessidades habitacionais e promover disponibilidades de habitação acessível em regime de arrendamento, através da reabilitação e regeneração urbana e de políticas específicas, considerando a habitação como um fator determinante da atração de novos residentes.
5. Reforçar as dimensões do ordenamento agrícola e florestal, tendo em vista valorizar os recursos endógenos, gerir compatibilidades de usos e gerar novas economias multifuncionais e novas relações urbano-rurais, assentes na promoção das atividades agrícolas e florestais, na valorização dos serviços dos ecossistemas, nomeadamente no que se refere à água, solo e biodiversidade e nas atividades de turismo, lazer, recreação e cultura.
6. Delimitar as áreas de suscetibilidade a perigos e de risco, tendo em consideração os cenários de alteração climática e definir as medidas de precaução, prevenção, adaptação e redução da exposição a riscos, incluindo a identificação de elementos expostos sensíveis a gerir e a relocalizar, considerando a análise de perigosidade e risco próprias e à escala adequada e as macro vulnerabilidades territoriais críticas apontadas pelo PNPOT e desenvolvidas pelos PROT.
7. Identificar medidas de redução e minimização das vulnerabilidades da interface urbano florestal e de prevenção do risco de incêndio, através da identificação e definição de regras de gestão e segurança de aglomerados urbanos, de aglomerados rurais e de áreas de edificação dispersas, incluindo áreas de localização empresarial e unidades dispersas, identificando em cada situação tipo a sua articulação com os instrumentos de planeamento florestal e de prevenção e combate de incêndios.
8. Desenvolver abordagens e integrar estratégias e diretrizes de sustentabilidade que garantam a salvaguarda e valorização de recursos e valores naturais, nomeadamente da água, solo e biodiversidade, a criação de estruturas ecológicas e infraestruturas verdes, a conservação da natureza, em particular em áreas classificadas e a valorização dos serviços dos ecossistemas e a qualificação das unidades de paisagem.
9. Travar a artificialização do solo, adequar a extensão do solo urbano, promover a regeneração, reabilitação, reutilização e revitalização urbana, e restringir a nova edificação dispersa e isolada em solo rústico, subscrevendo como usos incompatíveis com a classificação do solo rústico novas instalações de atividades económicas não relacionadas com as utilizações próprias do solo rústico, e de empreendimentos turísticos, salvo nas formas e tipologias estabelecidas nos Programas Regionais, e as novas construções de habitação, fora do solo urbano, aglomerados rurais e das áreas de edificação dispersa, nesta últimas nos termos das orientações dos Programas Regionais e salvaguardando as vulnerabilidades aos perigos, nomeadamente de incêndio, cheia e inundação e deslizamento de vertentes.
10. Identificar os passivos ambientais e o solo urbano com usos obsoletos e ocupações desqualificadas e definir estratégias e ações de incentivo à sua recuperação, reconversão e/ou reposição tendo em vista a sua incorporação nas cadeias de valor económico e social, nomeadamente através de mecanismos de compensação pela instalação de novos usos.
11. Definir modelos de organização territorial e normativos de gestão que potenciem a descarbonização da economia e da sociedade, a mobilidade sustentável, a economia circular e de partilha e os consumos de proximidade.

## ÂMBITO NACIONAL 02

### ESTRATÉGIA PORTUGAL 2030

<b>Âmbito</b>	Nacional
<b>Setor</b>	Desenvolvimento da Economia, Sociedade e Território
<b>Natureza Jurídica</b>	Estratégia
<b>Publicação</b>	Resolução de Conselho de Ministros n.º 98/2020, de 13 de setembro
<b>Resumo</b>	A Estratégia Portugal 2030 decorre, no contexto europeu, da nova Agenda Estratégica da União Europeia (UE) para o período de 2019 a 2024, adotada pelo Conselho Europeu, em 20 de junho de 2019, complementada com o Plano de Recuperação da Europa, apresentado pela Comissão Europeia, a 27 de maio de 2020, e aprovado pelo Conselho Europeu, em julho, que visa preparar o futuro e criar as condições de crescimento após a crise desencadeada pela COVID-19, e no contexto internacional, com a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, aprovada na Cimeira da Organização das Nações Unidas, em 25 de setembro de 2015, e em vigor desde 2016.

Estabelece as linhas de desenvolvimento para a próxima década e é o referencial estratégico para os instrumentos de política a desenvolver neste período. Globalmente a estratégia assenta numa visão que assume “Recuperar a economia e proteger o emprego, e fazer da próxima década um período de recuperação e convergência de Portugal com a União Europeia, assegurando maior resiliência e coesão, social e territorial”. A estratégia estrutura-se em 4 agendas temáticas:

Agenda 1 – As Pessoas Primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão e menos desigualdade

- Promoção da natalidade e melhoria das condições para o exercício da parentalidade;
- Promoção da empregabilidade e da qualidade do emprego, em particular de jovens, criando condições para o aumento da natalidade;
- Promoção do envelhecimento ativo, da prevenção de doenças e dos estilos de vida saudáveis;
- Promoção do emprego, da empregabilidade e da inclusão de todos;
- Promoção do combate à pobreza e exclusão social;
- Promoção de nova oferta de habitação pública e da reabilitação do parque público de habitação existente;
- Combate a todas as formas de discriminação e promoção da igualdade substantiva;

Agenda 2 – Digitalização, Inovação e Qualificação como motores do desenvolvimento

- Reforço da base de conhecimento científico alinhado com as prioridades de desenvolvimento da economia e sociedade portuguesas e europeias e da capacidade de transferência de conhecimento das entidades não empresariais do Sistema de I&D, promovendo a sua ligação mais estreita com o tecido económico;
- Promoção da cultura enquanto fator de cidadania e como fator-chave da competitividade;
- Transformação estrutural da economia, com a catalisação de novo investimento estruturante, em particular IDE, e da promoção de um ecossistema de empreendedorismo;
- Qualificação do tecido empresarial e aumento da sua dimensão média, promovendo posicionamentos mais qualificados das empresas portuguesas em cadeias de valor internacionais, explorando também as oportunidades decorrentes da digitalização, das alterações climáticas/ economia circular, dos serviços dos ecossistemas e economia azul ou da evolução demográfica e do envelhecimento;
- Estímulo à produção de bens e serviços por via do aproveitamento das oportunidades de mercado criadas pela dinamização do investimento público e privado, sobretudo em novos domínios emergentes (e.g. digitalização, transição energética, mobilidade, reabilitação), contribuindo simultaneamente para a competitividade da produção nacional
- Combate ao abandono e insucesso escolar e desenvolvimento de competências adequadas à sociedade atual e às novas especializações económicas, promovendo a inserção profissional dos jovens;
- Aumento do número de jovens a frequentar o ensino superior e promoção do sucesso/ conclusão deste nível de ensino, com foco nas competências alinhadas com as novas especializações económicas;
- Modernização, capacitação institucional e formação da administração pública, explorando em particular as vantagens associadas aos serviços públicos digitais e ao acesso às TIC e promovendo ganhos de eficiência, a inovação nos modelos de gestão e a promoção da ética;
- Simplificação dos procedimentos administrativos, redução dos custos de contexto e aproximação das estruturas públicas, procurando garantir um ambiente mais favorável para o setor empresarial desenvolver a sua atividade e os cidadãos cumprirem a suas obrigações.

Agenda 3 – Transição climática e sustentabilidade dos recursos

- Promoção da mobilidade sustentável;
- Descarbonização da indústria e promoção da transição e eficiência energética;
- Melhoria da eficiência da economia e torná-la regenerativa;
- Promoção de uma sociedade mais sustentável e a transformação de resíduos em recursos.
- Gestão de recursos hídricos;
- Melhoria da qualidade dos solos, do ar e do ambiente nas cidades;



- 
- Conservação da natureza e da biodiversidade;
  - Redução de riscos de catástrofes
  - Promoção do potencial económico da agricultura e da gestão sustentável das florestas e dos seus contributos para a sustentabilidade do território;
  - Utilização eficiente dos recursos nos setores agrícola, alimentar e florestal;
  - Proteção dos ecossistemas e da biodiversidade

Agenda 4 – Um país competitivo externamente e coeso internamente.

- Promover a conectividade externa das cidades e das zonas urbanas, nomeadamente ao nível da conectividade digital;
  - Melhorar a atratividade e sustentabilidade das cidades e reforçar o sistema urbano e a articulação urbano-rural;
  - Apoiar a regeneração física, económica e social das zonas urbanas onde residam comunidades desfavorecidas;
  - Conservar, proteger, promover e desenvolver o património natural e cultural;
  - Diversificar a base económica, promovendo o aparecimento de novas atividades geradoras de valor e criadoras de emprego, promover o crescimento económico e emprego com base no potencial endógeno (incluindo o turismo) e nas possibilidades que o teletrabalho pode proporcionar na fixação de trabalhadores qualificados;
  - Otimizar a gestão e prestação em rede dos serviços coletivos existentes nas áreas da educação, desporto, saúde, cultura, social e de índole económica e associativa, assegurando níveis adequados de provisão de bens e serviços públicos e acesso às redes digitais, potenciando as ligações rural-urbano;
  - Melhorar as ligações rododiferroviárias transfronteiriças.
-

## ÂMBITO NACIONAL 03

### ESTRATÉGIA CIDADES SUSTENTÁVEIS 2020 (ECS2020)

<b>Âmbito</b>	Nacional
<b>Sector</b>	Ambiente urbano sustentável
<b>Natureza Jurídica</b>	Estratégia
<b>Publicação</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2015, de 11 de agosto
<b>Resumo</b>	A Estratégia Cidades Sustentáveis 2020 constitui-se como um quadro de referência orientador para os municípios, entidades intermunicipais e demais agentes urbanos, apontando um caminho de médio e longo prazo para o desenvolvimento territorial integrado, nas suas dimensões económica, social, ambiental, cultural e de governança.

#### Eixos Estratégicos:

##### Eixo 1 - Inteligência & Competitividade

- Articular as estratégias de localização empresarial e industrial com os investimentos realizados e previstos no âmbito da logística e conectividade internacional, potenciando as suas sinergias.
- Reforçar, a partir das estratégias de atração e apoio à localização empresarial e institucional, a diversidade e vitalidade económica urbanas, fortalecendo a qualificação funcional, social e ambiental dos centros urbanos e a sua capacidade de fixação de população jovem e qualificada.
- Apostar na «economia verde» como forma de operacionalização do desenvolvimento sustentável e no papel que a contratação pública tem neste contexto, incentivando a adoção, pelas empresas e instituições sediadas na cidade, de estratégias de baixo carbono, proteção do ambiente e eficiência no uso dos recursos, e potenciando a inovação, a investigação e o desenvolvimento de modelos de negócio, de processos de produção e produtos mais sustentáveis.
- Incentivar a adoção de soluções urbanas inovadoras aplicadas ao espaço urbano, de carácter social e tecnológico, promovendo, em parceria com a sociedade civil, a provisão de bens e serviços melhor ajustados à procura local.

##### Eixo 2 - Sustentabilidade & Eficiência

- Conter a expansão dos perímetros urbanos, estruturando e requalificando as frentes urbanas e protegendo os terrenos rústicos envolventes da urbanização avulsa e discriminando positivamente a ocupação dos vazios urbanos existentes, sem prejuízo da possibilidade de eventuais e excecionais necessidades de crescimento, devidamente enquadradas e programadas.
- Promover ações de reabilitação urbana nos centros históricos e em áreas urbanas e periurbanas com carências multidimensionais, fomentando a recuperação, beneficiação e reconstrução do edificado, a requalificação e reconversão de zonas industriais abandonadas e a qualificação do espaço público e das infraestruturas, garantindo condições de conservação, segurança, salubridade, estética, paisagem e ambiente.
- Fomentar a criação, qualificação, integração, acessibilidade e legibilidade dos espaços exteriores urbanos, constituindo sistemas de espaços coletivos, nomeadamente praças, passeios arborizados, áreas pedonais, zonas de acalmia de tráfego, hortas, jardins, quintas e parques, valorizando as suas funções enquanto áreas livres de recreio, lazer, sociabilidade, cultura e desporto, potenciando o seu papel no equilíbrio microclimático, dos ecossistemas, dos ciclos biogeoquímicos, da biodiversidade e da paisagem, e contribuindo para a infraestrutura verde.
- Reforçar o equilíbrio e a sustentabilidade ambiental, económico financeira e social dos subsistemas, mas de infraestruturação urbana, com relevo para a água, saneamento, energia, resíduos e mobilidade, desenvolvendo soluções conjuntas com os serviços e fornecedores e assegurando a adequação à matriz de uso e ocupação do solo.
- Diminuir a intensidade carbónica da mobilidade urbana, incluindo mercadorias e passageiros, desincentivando o transporte individual motorizado, promovendo a intermodalidade e reforçando a adequação, cobertura, conectividade, serviço, informação e sustentabilidade do transporte coletivo, incrementando o peso e a diversidade das opções de mobilidade baixo carbono na repartição modal, incluindo a mobilidade suave e elétrica renovável, e promovendo a integração funcional e tarifária da rede intermodal urbana, suburbana e interurbana.
- Estimular a mobilidade sustentável nos processos de regeneração urbana, promovendo a diversificação da oferta de proximidade, a atratividade das áreas urbanas com bons níveis de acessibilidade, as respostas de mobilidade segura dirigidas a crianças, jovens, famílias e idosos, a logística urbana residencial, comercial, empresarial e industrial e a reestruturação do espaço canal em favor do transporte coletivo e da mobilidade suave e condicionada.
- Moderar a vulnerabilidade dos sistemas urbanos, aumentando a sua resiliência aos riscos económicos, naturais, tecnológicos e mistos, incluindo aqueles que resultam das alterações climáticas e de fenómenos climáticos extremos, e estimulando a emergência de uma cultura urbana de gestão da incerteza e prevenção e redução de riscos.
- Estimular a articulação entre as cidades e a sua envolvente rústica, incluindo áreas agrícolas e florestais do hinterland e dos interfaces urbano rurais, explorando as complementaridades económicas, sociais e culturais que resultam dessa relação de proximidade, melhorando as condições de transporte e logística e promovendo a oferta de produções regionais nomeadamente no setor hortofrutícola.

- Obviar à proliferação indiscriminada da edificação dispersa nos solos rústicos periurbanos, especialmente para habitação, precavendo deseconomias urbanas, e promover a afetação desses solos a atividades produtivas, nomeadamente agrícolas e florestais, desmotivando o seu abandono e ajudando a neutralizar procura e interesses adventícios.
- Impulsionar a valorização económica e social do património natural, das áreas protegidas e classificadas para efeitos de conservação da natureza, promovendo em meio urbano os produtos e serviços associados a estas áreas e reforçando o seu papel fundamental na defesa da biodiversidade e na afirmação da cidade-região.

### Eixo 3 - Inclusão & Capital Humano

- Promover a inclusão, a equidade e a coesão social, procurando reverter os processos associados à exclusão social, como a pobreza, as dificuldades no acesso à habitação, a equipamentos e a serviços, a infoexclusão e o afastamento para as periferias, garantindo o direito à cidade e incentivando trajetórias residenciais centrípetas.
- Valorizar o capital humano das cidades, promovendo a capacitação de potenciais empreendedores, empresários e gestores empresariais, nomeadamente nas pequenas e médias empresas (PME), e a adequação da qualificação dos trabalhadores ao mercado de trabalho, visando a (re)integração laboral dos jovens e desempregados.
- Promover e dinamizar o empreendedorismo e as oportunidades de emprego em meio urbano, de forma a valorizar os ativos desempregados e a criação de novas empresas que permitam gerar emprego com sustentabilidade e continuidade.
- Estimular a transparência e a intervenção ativa dos cidadãos no modelo de desenvolvimento urbano sustentável, valorizando as especificidades próprias dos vários grupos etários, inovando nos veículos e formatos de comunicação da informação, desenvolvendo programas de sensibilização e envolvimento cívico na resposta aos desafios urbanos e criando plataformas permanentes de participação pública e inovação cidadã.
- Salvar e valorizar o património cultural e natural existente, material e imaterial, como fator de diferenciação dos territórios, potenciar a utilização dos equipamentos culturais existentes através da criação de parcerias e de redes culturais e investir nas atividades culturais enquanto fator decisivo de valorização económica e social dos cidadãos e dos territórios, promovendo a expressão, o acesso e a pluralidade de culturas locais, tradicionais e contemporâneas.
- Apoiar a estruturação de economias de base comunitária, promovendo o comércio de proximidade e o emprego local, nomeadamente mediante o recurso a sistemas de incentivos que promovam a dinâmica económica e o emprego.

## ÂMBITO NACIONAL 04

### PROGRAMA NACIONAL PARA A COESÃO TERRITORIAL (PNCT)

<b>Âmbito</b>	Nacional
<b>Sector</b>	Desenvolvimento da Economia, Sociedade e Território
<b>Natureza Jurídica</b>	Plano Estratégico
<b>Publicação</b>	Resolução de Conselho de Ministros n.º 72/2016, de 24 de novembro
<b>Resumo</b>	O Programa Nacional para a Coesão Territorial elenca mais de cento e sessenta Medidas, maioritariamente de iniciativa governamental, e uma Agenda para o Interior que integra oito Iniciativas de carácter temático. Trata-se de um processo dinâmico que visa a construção da Coesão Territorial que não se esgota neste documento e neste momento.

#### Eixos de Intervenção e objetivos:

##### EIXO 1. Um território interior + Coeso

- Objetivo: Construir sistemas capazes de promover a inclusão social e a equidade através de uma maior igualdade de competências territoriais, promovendo uma melhor articulação entre a oferta de serviços urbanos e rurais e propondo novos serviços em rede que valorizem visões intersectoriais e intercalares, tendo em vista a qualidade de vida.

##### EIXO 2. Um território interior + Competitivo

- Objetivo: Alargar as capacidades de desenvolvimento dos territórios do interior, potenciando novas estratégias de valorização dos seus recursos, ativos e agentes, assim como a geração de maiores níveis de atratividade, afirmando e consolidando uma nova competitividade.

##### EIXO 3. Um território interior + Sustentável

- Objetivo: Potenciar a diversidade geográfica, integrando a paisagem, os recursos endógenos, o património natural e cultural em prol de uma maior sustentabilidade, valorizando os espaços de montanha, de fronteira e os territórios mais periféricos.

##### EIXO 4. Um território interior + Conectado

- Objetivo: Reforçar a conectividade dos territórios do interior, facilitando a sua inserção em espaços mais alargados, por forma a potenciar os relacionamentos entre as bases produtivas litoral-interior, de fronteira e com a diáspora, gerando, assim, novas formas de articulação e de organização para a coesão, a competitividade e a sustentabilidade.

##### EIXO 5. Um território interior + Colaborativo

- Objetivo; Promover a transversalidade da atuação interministerial, valorizando as lideranças locais e a capacitação institucional, difundindo plataformas de diálogo e de cocriação, de experimentação e implementação de políticas, em prol de processos inovadores de governança territorial.

## ÂMBITO NACIONAL 05

### PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DO INTERIOR (PVI)

<b>Âmbito</b>	Nacional
<b>Sector</b>	Desenvolvimento da Economia, Sociedade e Território
<b>Natureza Jurídica</b>	Plano Estratégico
<b>Publicação</b>	Resolução de Conselho de Ministros n.º 116/2018 de 6 de setembro
<b>Resumo</b>	O Programa de Revitalização do Interior estabelece as linhas gerais do Programa Nacional de Coesão Territorial (PNCT), que inclui medidas específicas para a revitalização do interior de Portugal. O Programa visa combater o despovoamento e promover o desenvolvimento sustentável dessas regiões, através de investimentos em infraestruturas, incentivos ao empreendedorismo e apoio às atividades económicas locais.

**O PVI tem como principais linhas orientadoras:**

- - Combate ao despovoamento e desigualdades territoriais;
- - Promoção da coesão social e territorial;
- - Desenvolvimento económico sustentável e diversificado;
- - Valorização dos recursos endógenos e culturais das regiões interiores.

Que se traduzem nas seguintes metas que visam promover um desenvolvimento equilibrado e sustentável das regiões interiores, contribuindo para uma maior coesão territorial e social em Portugal:

- - Redução do êxodo rural e estagnação económica;
- - Aumento da empregabilidade e fixação de população jovem;
- - Melhoria das infraestruturas básicas e dos serviços de proximidade;
- - Promoção do turismo sustentável e dos produtos locais.

## ÂMBITO NACIONAL 06

### ESTRATÉGIA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE (ENCNB2030)

<b>Âmbito</b>	Nacional
<b>Sector</b>	Conservação da Natureza
<b>Natureza Jurídica</b>	Programa sectorial
<b>Publicação</b>	Resolução de Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio
<b>Resumo</b>	Sistematiza objetivos, prioridades e medidas de concretização, para as quais se definem indicadores, prioridades, prazos, meios de verificação, instrumentos e responsabilidades, no âmbito de uma melhoria do estado de conservação dos valores naturais, num quadro de apropriação da biodiversidade pela sociedade.

#### Eixos e Objetivos Estratégicos:

- Melhorar o estado de conservação do património natural;
- Consolidar o SNAC e promover a sua gestão partilhada;
- Assegurar que as espécies (flora e fauna) e os habitats protegidos melhoram o seu estado de conservação ou tendência populacional;
- Programar e executar intervenções de conservação e de recuperação de espécies (fauna e flora) e habitats;
- Reforçar a prevenção e o controlo de espécies exóticas invasoras;
- Assegurar e promover a conservação da diversidade genética animal e vegetal;
- Reforçar o quadro de regulamentação da conservação da natureza e biodiversidade;
- Reforçar o cumprimento das normas legais de conservação da natureza e da biodiversidade;
- Reforçar a investigação e inovação orientada para as prioridades da política de conservação da natureza, incluindo para a colmatação de lacunas de conhecimento de base;
- Garantir a estruturação de um sistema coerente e útil de monitorização continuada do estado de conservação dos valores naturais;
- Aumentar a visibilidade e perceção pública do valor do património natural e dos serviços de ecossistemas;
- Reforçar a diplomacia verde e a participação nacional na governação internacional da biodiversidade.
- Promover o reconhecimento do valor patrimonial natural;
- Promover o mapeamento e avaliação da condição dos ecossistemas e melhorar a sua capacidade de fornecer, a longo prazo, serviços mais relevantes para o bem-estar humano;
- Evidenciar a economia da biodiversidade e dos ecossistemas, em particular o seu papel para o desenvolvimento sustentável e qualidade de vida;
- Aumentar o investimento público em conservação da natureza e biodiversidade;
- Consolidar o contributo dos instrumentos fiscais para a conservação da natureza e utilização sustentável da biodiversidade;
- Assegurar uma aplicação coerente dos sistemas de incentivos e subsídios de conservação e utilização sustentável da biodiversidade.
- Fomentar a apropriação dos valores naturais e da biodiversidade;
- Aprofundar o contributo da agricultura para os objetivos de conservação da natureza e da biodiversidade;
- Aprofundar o contributo da silvicultura para os objetivos de conservação da natureza e da biodiversidade;
- Garantir a utilização sustentável dos recursos em águas interiores e sistemas fluviais;
- Promover a articulação das metas de clima e energia com os objetivos de conservação da natureza e biodiversidade;
- Assegurar a conservação da biodiversidade e da geodiversidade nas atividades de prospeção, pesquisa e exploração de recursos minerais;
- Promover a oferta e qualificação dos serviços no domínio do Turismo de Natureza, que concorram para a gestão sustentável dos territórios e salvaguardem o património natural e identidade cultural;
- Assegurar a sustentabilidade da utilização de recursos genéticos marinhos e terrestres;
- Assegurar a sustentabilidade das infraestruturas de transporte e comunicações;
- Aumentar a qualificação da oferta de produtos e serviços, integradores do património natural e cultural, contribuindo para a sustentabilidade da gestão dos territórios das áreas classificadas;
- Promover e valorizar a integração da conservação da natureza e da biodiversidade nas estratégias, políticas e processos operacionais das empresas;
- Garantir a integração dos objetivos de conservação da natureza e biodiversidade nos instrumentos de ordenamento, estratégias, planos e programas, assegurando a coerência de aplicação de regimes nas áreas classificadas e sua conectividade.



## ÂMBITO NACIONAL 07

### PLANO SETORIAL DA REDE NATURA 2000 (PSRN2000)

<b>Âmbito</b>	Nacional
<b>Setor</b>	Conservação da Natureza
<b>Natureza Jurídica</b>	Programa sectorial
<b>Publicação</b>	Resolução de Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho
<b>Resumo</b>	O PSRN2000 é um instrumento de gestão territorial, de concretização da política nacional de conservação da diversidade biológica, visando a salvaguarda e valorização dos sítios e das ZPE do território continental, bem como a manutenção das espécies e habitats num estado de conservação favorável nestas áreas. Na sua essência, é um instrumento para a gestão da biodiversidade.

#### Objetivos:

- Estabelecer orientações para a gestão territorial das ZPE e Sítios;
- Estabelecer o regime de salvaguarda dos recursos e valores naturais dos locais integrados no processo, fixando os usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território;
- Representar cartograficamente, em função dos dados disponíveis, a distribuição dos habitats presentes nos Sítios e ZPE;
- Estabelecer diretrizes para o zonamento das áreas em função das respetivas características e prioridades de conservação;
- Definir as medidas que garantam a valorização e a manutenção num estado de conservação favorável dos habitats e espécies, bem como fornecer a tipologia das restrições ao uso do solo, tendo em conta a distribuição dos habitats a proteger;
- Fornecer orientações sobre a inserção em plano municipal ou especial de ordenamento do território das medidas e restrições mencionadas nas alíneas anteriores;
- Definir as condições, os critérios e o processo a seguir na realização da avaliação de impacte ambiental e na análise de incidências ambientais.

## ÂMBITO NACIONAL 08

### PLANO RODOVIÁRIO NACIONAL (PRN2000)

<b>Âmbito</b>	Nacional
<b>Setor</b>	Infraestruturas
<b>Natureza Jurídica</b>	Programa sectorial
<b>Publicação</b>	Decreto-Lei n.º 222/98, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 98/99, de 26 de julho, pela Declaração de Retificação n.º 19-D/98, de 31 de outubro e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de agosto
<b>Resumo</b>	O Plano Rodoviário Nacional define a rede rodoviária nacional do continente, que desempenha que desempenha funções de interesse nacional ou internacional

O PRN 2000 introduz significativas inovações em relação aos seus predecessores, potenciando o correto e articulado funcionamento do sistema de transportes rodoviários, o desenvolvimento de potencialidades regionais, a redução do custo global daqueles transportes, o aumento da segurança da circulação, a satisfação do tráfego internacional e a adequação da gestão da rede.

No presente plano a rede rodoviária nacional é alargada, através da inclusão e reclassificação de novos percursos. Nestes termos, o PRN corresponde a uma importante melhoria da desejável cobertura rodoviária do País, quer a nível nacional, quer a nível regional.

De não menor importância, é a preocupação assumida pelo PRN 2000 em matéria de melhoria qualitativa da rede rodoviária, com especial relevo para a defesa ambiental em meio urbano, para os dispositivos de combate à sinistralidade nos mais diversos planos e para os instrumentos de informação necessários à boa gestão e utilização das infraestruturas em causa.

## ÂMBITO NACIONAL 09

### NOVA GERAÇÃO DE POLÍTICAS DE HABITAÇÃO (NGPH)

<b>Âmbito</b>	Nacional
<b>Setor</b>	Habitação
<b>Natureza Jurídica</b>	Instrumento de política setorial
<b>Publicação</b>	Resolução de Conselho de Ministros n.º 50-A/2018, de 2 de maio
<b>Resumo</b>	Define uma estratégia para a habitação que tem por missão garantir o acesso de todos a uma habitação adequada e criar condições para que a reabilitação urbana passe a ser a regra. Define ainda um conjunto de instrumentos de atuação que visa dar resposta às necessidades de habitação que se fazem sentir, atualmente.

#### Objetivos:

- Dar resposta às famílias que vivem em situação de grave carência habitacional;
- Garantir o acesso à habitação a todos os que não têm resposta por via do mercado;
- Criar as condições para que a reabilitação seja a principal forma de intervenção ao nível do edificado e do desenvolvimento urbano;
- Promover a inclusão social e territorial e as oportunidades de escolha habitacionais.

## ÂMBITO NACIONAL 10

### ESTRATÉGIA TURISMO 2027 (ET27)

<b>Âmbito</b>	Nacional
<b>Sector</b>	Turismo
<b>Natureza Jurídica</b>	Plano setorial
<b>Publicação</b>	Resolução de Conselho de Ministros n.º 134/2017, de 27 de setembro
<b>Resumo</b>	Estabelece uma estratégia de longo prazo para o setor do Turismo concretizada através de planos, programas e projetos, assentes em eixos estratégicos e linhas de atuação operacionalizadas por ações concretas.

#### Desafios Estratégicos:

- Promover o emprego, a qualificação e valorização das pessoas e o aumento dos rendimentos dos profissionais do turismo;
- Promover o turismo como fator de coesão social;
- Assegurar a preservação e a valorização económica sustentável do património natural e da identidade local, enquanto ativo estratégico, bem como a compatibilização desta atividade com a permanência da comunidade local.

#### Eixos Estratégicos e Linhas de Atuação:

- Valorizar o território e as comunidades:
  - Conservar, valorizar e usufruir o património histórico-cultural e identitário;
  - Valorizar e preservar a autenticidade do país e a vivência das comunidades locais;
  - Potenciar economicamente o património natural e rural e assegurar a sua conservação;
  - Promover a regeneração urbana das cidades, regiões e o desenvolvimento turístico sustentável dos territórios/ destinos;
  - Estruturar e promover ofertas que respondam à procura turística.
- Impulsionar a economia:
  - Assegurar a competitividade das empresas de turismo numa perspetiva de curto, médio e longo prazos;
  - Reduzir os custos de contexto, simplificar, dar estabilidade jurídico-fiscal e desburocratizar;
  - Atrair investimento e qualificar a oferta turística;
  - Estimular a economia circular no turismo;
  - Afirmar Portugal como um polo de referência internacional na inovação, no empreendedorismo e na produção de bens e serviços para o turismo.
- Potenciar o conhecimento:
  - Prestigiar as profissões do turismo e formar massa crítica adaptadas às necessidades do mercado e promover a igualdade do género e de oportunidades;
  - Assegurar a transferência de conhecimento de instituições de ensino e centros de investigação para as empresas;
  - Difundir conhecimento e informação estatística;
  - Capacitar em contínuo os empresários e gestores para liderar o turismo do futuro – tecnológico, inclusivo e sustentável;
  - Afirmar Portugal como smart destination.
- Gerar redes e conectividade:
  - Melhorar os sistemas de mobilidade rodoviária;
  - Promover o “turismo para todos”, numa ótica inclusiva, que acolha os diferentes mercados / segmentos turísticos;
  - Envolver ativamente a sociedade no processo de desenvolvimento turístico do país e das regiões;
  - Mobilizar o trabalho em rede e a promoção conjunta entre os vários setores.
- Projetar Portugal:
  - Reforçar a internacionalização de Portugal enquanto destino turístico para visitar, viver e estudar;
  - Posicionar o turismo interno como fator de competitividade e de alavanca da economia nacional;
  - Valorizar a comunidade lusodescendente como ativo estratégico na promoção de Portugal e na captação de investimento;
  - Tornar Portugal um destino de congressos e eventos culturais e desportivos de âmbito internacional;
  - Afirmar Portugal nas organizações mundiais e na cooperação internacional.

## ÂMBITO NACIONAL 11

### ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A MOBILIDADE ATIVA PEDONAL 2030 (ENMAP2030)

<b>Âmbito</b>	Nacional
<b>Setor</b>	Mobilidade
<b>Natureza Jurídica</b>	Plano Estratégico
<b>Publicação</b>	Resolução de Conselho de Ministros n.º 67/2023, de 7 de julho
<b>Resumo</b>	Estabelece as diretrizes para promover e melhorar a mobilidade ativa pedonal em Portugal até ao ano de 2030.

#### Visão:

Tornar Portugal um país onde andar a pé seja uma opção de mobilidade quotidiana atrativa e segura, contribuindo para uma vida ativa, saudável, feliz e sustentável.

#### Objetivos:

Promover a mobilidade pedestre como modo preferencial de deslocação, melhorando a segurança e a qualidade dos espaços públicos, reduzindo a dependência do transporte motorizado e fomentando a intermodalidade entre os modos ativos e os transportes públicos.

#### Prioridades de Ação:

- Segurança e redução de acidentes: Implementação de medidas para reduzir a velocidade de tráfego, melhorar a sinalização e criar infraestruturas seguras para os peões, visando a redução significativa de acidentes e atropelamentos (implementação de zonas de coexistência, passeios alargados e atravessamentos seguros para peões, melhoria da iluminação pública e sinalização específica para peões em locais de maior movimento, campanhas de sensibilização para condutores e peões sobre os direitos e deveres no espaço urbano);
- Infraestrutura e acessibilidades: Desenvolvimento de redes contínuas de percursos pedestres, com acessibilidade para todas as pessoas, incluindo idosos e pessoas com mobilidade reduzida, garantindo uma mobilidade inclusiva e segura (criação de passeio e ciclovias segregadas, com prioridade para áreas residenciais, comerciais e escolares, adaptação de infraestruturas existentes para garantir acessibilidade universal, com rampas, passagens elevadas e sinalização tátil para pessoas com deficiência visual, incentivos para a promoção de deslocações a pé, como a criação de áreas de estacionamento para bicicletas e a implementação de zonas pedonais);
- Planeamento urbano sustentável: Integração da mobilidade ativa nos planos de ordenamento do território e no desenho urbano, promovendo o uso eficiente do espaço público, a redução da poluição e a mitigação dos impactos do transporte motorizado (integração da mobilidade ativa nos projetos de requalificação urbana, com ênfase na redução da dependência do automóvel e na valorização dos espaços para os peões, incentivos fiscais e financeiros para a adoção de práticas sustentáveis de mobilidade, como o uso de transportes coletivos e a implementação de medidas de mobilidade ativa, monitorização contínua dos impactos das medidas adotadas, com avaliação do nível de satisfação dos utilizadores e análise dos indicadores de mobilidade e segurança viária).

## ÂMBITO NACIONAL 12

### ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A MOBILIDADE ATIVA CICLÁVEL 2020-2030 (ENMAC 2020-2030)

<b>Âmbito</b>	Nacional
<b>Sector</b>	Mobilidade
<b>Natureza Jurídica</b>	Plano Estratégico
<b>Publicação</b>	Resolução de Conselho de Ministros n.º 131/2019, de 2 de agosto
<b>Resumo</b>	Constitui um contributo para a descarbonização da mobilidade, favorecendo opções de deslocação mais sustentáveis como a utilização da bicicleta, maximizando os benefícios para a saúde dos cidadãos.

#### Objetivos para 2030:

- Quota modal de viagens em bicicleta no território nacional de 7,5% (devendo este objetivo resultar diretamente da redução da utilização do transporte automóvel privado);
- Quota modal de viagens em bicicleta nas cidades de 10% (devendo este objetivo resultar diretamente da redução da utilização do transporte automóvel privado);
- Quota modal ativa (bicicleta e pedonal) no território nacional de 20% (devendo este objetivo resultar diretamente da redução da utilização do transporte automóvel privado);
- Extensão total de ciclovias de 10 mil quilómetros (considerando que a qualidade deverá acompanhar a quantidade no que diz respeito ao desenho/construção de vias, localização e manutenção);
- Redução da sinistralidade rodoviária de peões e ciclistas em 50% (assumindo a necessidade de reforço das políticas de prevenção de risco rodoviário e a evolução dos métodos de recolha de dados).

Assume-se que o desenvolvimento desta estratégia está em parte dependente de um enquadramento legal que ao nível dos PMOT passa por:

- Contemplar as redes pedonais e cicláveis nos instrumentos de gestão territorial;
- Assegurar a articulação intermunicipal no desenvolvimento de redes;
- Incluir mecanismos de promoção da mobilidade ativa na legislação urbanística;
- Regular cargas e descargas de mercadorias em zonas urbanas.

A estratégia assenta em 3 eixos:

- Eixo 1: Infraestruturas e intermodalidade:
  - Mobilidade ativa fácil e atrativa com infraestrutura adequada (generalização de medidas de acalmia de tráfego, eliminar riscos de atravessamentos em interseções para peões e ciclistas, promover e mapear percursos pedonais e cicláveis, massificar a instalação de estacionamentos de bicicleta);
  - Promoção da intermodalidade e integração com transportes públicos (intervir junto dos operadores de transporte público garantindo acessibilidade, fomentar a implementação de sistemas públicos de bicicletas partilhadas).
- Eixo 2: Capacitação e apoio:
  - Intervenção junto de peões, ciclistas e automobilistas (promover o ensinar a pedalar, estimular a mobilidade ativa junto de toda a população, reforçar a formação para a cidadania rodoviária);
  - Formação específica para profissionais (promover competências técnicas e académicas, melhorar formação de motoristas, formar utilizadores profissionais);
  - Capacitação de decisores (realizar ações locais de capacitação e discussão);
  - Fiscalização de incumprimentos legais e regulamentares;
  - Incentivos fiscais.
- Eixo 3: Cultura e comportamentos:
  - Promover uma forte cultura de mobilidade ativa (promover a redução da sinistralidade rodoviária, intervir junto dos jovens em idade escolar, reconhecer boas práticas, promover campanhas publicitárias e ativar parcerias).



PLANO NACIONAL DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS (PNGIFR)

<b>Âmbito</b>	Nacional
<b>Sector</b>	Florestas
<b>Natureza Jurídica</b>	Plano Estratégico
<b>Publicação</b>	Resolução de Conselho de Ministros n.º 45-A/2020, de 16 de junho
<b>Resumo</b>	Documento estratégico que tem por objetivo orientar a prevenção e gestão de incêndios em áreas rurais.

**Orientações Estratégicas:**

**OE1. Valorizar os espaços rurais**

- OB1.1. Conhecer a ocupação do território e redimensionar a gestão florestal
- OB1.2. Reformar o modelo de gestão florestal
- OB1.3. Disponibilizar incentivos jurídicos e financeiros à valorização do território rústico

**OE2. Cuidar dos espaços rurais**

- OB2.1. Planear e promover uma paisagem diversificada
- OB2.2. Diminuir a carga combustível à escala da paisagem
- OB2.3. Aumentar a eficácia da proteção das populações e do território edificado

**OE3. Modificar comportamentos**

- OB3.1. Reduzir as ignições de maior risco
- OB3.2. Especializar a comunicação de risco

**OE4. Gerir o risco eficientemente**

- OB4.1. Implementar o planeamento integrado incorporando a avaliação de risco
- OB4.2. Implementar um modelo capacitado de governança do risco
- OB4.3. Redesenhar a gestão do dispositivo
- OB4.4. Aumentar a qualificação dos agentes SGIFR

## ÂMBITO NACIONAL 14

### PLANO NACIONAL DA ÁGUA (PNA)

<b>Âmbito</b>	Nacional
<b>Setor</b>	Recursos Hídricos
<b>Natureza Jurídica</b>	Programa sectorial
<b>Publicação</b>	Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro
<b>Resumo</b>	O PNA constitui um plano enquadrador das políticas de gestão de recursos hídricos nacionais, dotado de visão estratégica de gestão dos recursos hídricos e assente numa lógica de proteção do recurso e de sustentabilidade do desenvolvimento socioeconómico nacional.

#### Enquadramento:

O PNA pretende definir as grandes opções estratégicas da política nacional da água na decorrência da Lei da Água, a aplicar pelos Planos de Gestão de Região Hidrográfica para o período 2016 -2021 e Planos Municipais que lhes estão associados. Esta revisão aponta também as grandes linhas prospetivas daquela política para o período 2022 -2027, que corresponde ao 3.º ciclo de planeamento da Diretiva Quadro da Água.

O PNA pretende determinar as estratégias de gestão dos recursos hídricos, numa tríplice lógica de proteção do recurso e sustentando o desenvolvimento socioeconómico nacional.

#### A gestão das águas prossegue três objetivos fundamentais:

- A proteção e requalificação do estado dos ecossistemas aquáticos e também dos ecossistemas terrestres e das zonas húmidas que deles dependem, no que respeita às suas necessidades de água;
- A promoção do uso sustentável, equilibrado e equitativo de água de boa qualidade, com a sua afetação aos vários tipos de usos tendo em conta o seu valor económico, baseada numa proteção a longo prazo dos recursos hídricos disponíveis;
- A mitigação dos efeitos das inundações e das secas.

#### Objetivos estratégicos da política de gestão da água:

- Proteger o ambiente aquático contra os danos causados pelas emissões poluentes;
- Restaurar o funcionamento dos sistemas naturais e combater a perda de biodiversidade, e ao mesmo tempo assegurar o fornecimento de água de qualidade para as populações e as atividades económicas, protegendo-as dos fenómenos hidrológicos extremos, de cheias e secas.

PLANO ESTRATÉGICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E PLUVIAIS 2030  
(PENSAARP2030)

Âmbito	Nacional
Setor	Recursos Hídricos
Natureza Jurídica	Plano estratégico
Publicação	Resolução de Conselho de Ministros n.º 23/2024, de 5 de fevereiro
Resumo	Plano de gestão do abastecimento de água e gestão de águas residuais e pluviais, definido para o período de 2021-2030.

O PENSAARP 2030 tem por objetivo assegurar a sustentabilidade do setor do ciclo urbano da água a longo prazo.

**Os objetivos específicos:**

Prioritários

Eficiência na governação e estruturação do setor;  
Sustentabilidade infraestrutural;  
Eficácia na qualidade das águas, na vertente das águas residuais;  
Eficiência hídrica;  
Eficiência na alocação de recursos financeiros;  
Eficácia na segurança;  
Resiliência e ação climática;  
Sustentabilidade do capital humano;  
Eficiência na organização das entidades gestoras;  
Eficácia na continuidade e fiabilidade.

**Muito importantes:**

Eficácia na acessibilidade física;  
Eficácia na equidade e acessibilidade económica;  
N.º 25 5 de fevereiro de 2024 Pág. 30  
Diário da República, 1.ª série  
Eficiência energética e descarbonização;  
Sustentabilidade do conhecimento.

**Menor criticidade:**

Sustentabilidade da utilização de recursos;  
Valorização empresarial e económica;  
Valorização ambiental e territorial;  
Valorização societal;  
Valorização da transparência e da responsabilização;  
Valorização para o desenvolvimento sustentável.

## ÂMBITO REGIONAL 16

### PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO CENTRO (PROT-C)

<b>Âmbito</b>	Regional
<b>Setor</b>	Ordenamento do Território
<b>Natureza Jurídica</b>	Instrumento de Gestão Territorial
<b>Publicação</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 57/2026, de 23 de março
<b>Resumo</b>	O PROTC define as estratégias regionais de desenvolvimento territorial, integrando as opções estabelecidas a nível nacional e considerando as estratégias municipais de desenvolvimento local, constituindo o quadro de referência para a elaboração dos planos especiais, intermunicipais e municipais de ordenamento.

#### **OBJETIVOS GERAIS:**

- A capacidade transformadora da Região Centro fundamenta-se na diversidade dos desafios proporcionados pelos múltiplos ativos socioeconómicos e naturais que constituem o seu mosaico territorial. Com ritmos diferentes, todos os territórios (mais ou menos urbanos, com maior ou menor escala, com maior ou menor densidade) contribuem para o desenvolvimento regional, pois todos são detentores de recursos e de potencial de atratividade.
- Os territórios, direcionando as suas estratégias de acordo com as suas especificidades, devem assegurar uma gestão sustentável das transições (demográfica, climática, ecológica e tecnológica) e valorizar os diferentes ativos (recursos naturais, infraestruturas, capital humano, indústrias, serviços, agricultura, floresta ou património cultural material e imaterial).
- As estratégias devem reforçar as trajetórias de desenvolvimento económico já instaladas e gerar oportunidades para a afirmação de novas trajetórias. O foco estará na conjugação de atividades intensivas em conhecimento com setores tradicionais, diversificando e regenerando as economias locais. A região deve avançar para um modelo urbano mais integrado no sistema natural, a partir de processos assentes na cooperação interurbana e urbano-rural. O objetivo é criar contextos territoriais orientados para o reforço da qualidade de vida e o desenvolvimento económico, com base na valorização do solo, da água e da biodiversidade, da economia local, incluindo os produtos endógenos, em articulação a qualificação do espaço público.
- Em termos estratégicos, adota-se um racional onde o capital territorial, sustentado nos valores e funções do Território, nomeadamente nos valores e funções naturais, ambientais, culturais e económicas, criam oportunidades para a valorização dos ativos presentes.
- As intervenções vão assentar na cooperação territorial, estruturada em redes (locais, regionais e internacionais) e serão dirigidas às aspirações das populações e aos novos desafios que se colocam ao desenvolvimento e ordenamento do território.

#### **DESAFIOS TRANSVERSAIS:**

- DT1. Afirmar o posicionamento estratégico da Região e a sua projeção nas redes globais
- DT2. Responder aos desafios da demografia
- DT3. Responder às alterações climáticas
- DT4. Impulsionar a economia do conhecimento, a circularidade e a reindustrialização
- DT5. Promover redes e competências digitais
- DT6. Fomentar a governação, a descentralização e a participação pública
- DT7. Estimular a identidade territorial e o multiculturalismo

#### **Opções Estratégicas de Base Territorial (OEBT):**

##### **SISTEMA ECONÓMICO**

- Reforçar a interação do SCT com o tecido produtivo e social
- Apoiar a qualificação e a capacidade exportadora da base económica da região
- Promover as atividades económicas do futuro
- Aumentar a competitividade do setor do turismo
- Promover a base económica dos territórios de mais baixa densidade

##### **SISTEMA SOCIAL**

- Promover a autonomia e a cidadania das pessoas idosas ou em situação de dependência
- Aumentar a equidade no acesso aos cuidados de saúde
- Melhorar os níveis de acesso à habitação
- Reforçar a oferta educativa de qualidade e a formação ao longo da vida
- Melhorar a oferta cultural e a qualidade de vida

#### SISTEMA NATURAL

- Gerir o solo e os recursos geológicos
- Fomentar a conservação da natureza e da biodiversidade
- Gerir os recursos hídricos
- Fortalecer o setor agroflorestal
- Ordenar as zonas costeiras
- Diminuir a suscetibilidade aos riscos

#### SISTEMA DE MOBILIDADE

- Reforçar a capacidade de transporte de mercadorias
- Melhorar o acesso às grandes infraestruturas de transporte e a inclusão nos corredores de âmbito nacional e internacional
- Aumentar a acessibilidade e a conectividade intrarregional
- Fomentar sistemas de transportes sustentáveis nos subsistemas territoriais
- Promover a eletrificação, a digitalização e a integração modal

#### SISTEMA DE ENERGIA

- Reduzir as emissões de gases com efeito de estufa
- Aumentar a contribuição de energia renovável no consumo de energia final
- Diminuir o consumo global de energia final e das emissões de gases com efeito de estufa
- Aumentar a eficiência energética no abastecimento público de água
- Promover um aumento da literacia energética

#### SISTEMA URBANO

- Promover a sustentabilidade e a qualidade urbana
- Aumentar a cooperação interurbana e rural-urbana enquanto fator de coesão regional
- Reforçar a integração dos centros urbanos nas redes nacionais e globais

#### Normas Orientadoras:

##### SISTEMA ECONÓMICO

- NG.SE4. Aumentar a competitividade do setor do turismo
  - Aumentar a atratividade e competitividade turística (para visitantes, residentes e investidores em atividades e empreendimentos turísticos).
  - Diminuir as assimetrias regionais no setor.
  - Desenvolver produtos turísticos inovadores, que articulem património natural e cultural (material e imaterial) com novas formas organizativas e soluções tecnológicas.
  - Estruturar produtos compostos orientados para o bem-estar, a saúde e a atração de turistas seniores.
  - Melhorar os níveis de escolaridade e de qualificação profissional dos trabalhadores da fileira do turismo.
  - Promover a circularidade e a eficiência energética.

##### SISTEMA SOCIAL

- NG.SS3. Melhorar os níveis de acesso à habitação
  - Quantificar, a nível regional e municipal, o défice habitacional, tendo em consideração as projeções demográficas; mobilizar os agentes da fileira do imobiliário para uma resposta articulada às necessidades identificadas.
  - Promover soluções habitacionais públicas e privadas de fins múltiplos, num mercado de habitação mais transparente e eficiente.
  - Apoiar a criação de uma bolsa de alojamentos que equilibre diferentes regimes contratuais (propriedade plena, arrendamento, protocolo de cedência temporária), permanentemente disponíveis para oferecer soluções habitacionais temporárias e para corrigir a desadequação latente entre os preços praticados no mercado (de arrendamento ou de compra e venda) e o rendimento das famílias.
  - Reativar as casas de função (que proporcionem habitação a pessoas cuja fixação na região seja indispensável ao interesse público), dando resposta, por exemplo, à falta de habitação a custos acessíveis para professores ou médicos nos territórios onde a sua presença é insuficiente.
  - Adequar as soluções habitacionais às preferências e características dos imigrantes e da população jovem, mas também dos idosos ou das pessoas e famílias em situação de exclusão ou vulnerabilidade social, ao nível de:
    - Relação de propriedade;
    - Tipologias adequadas a uma população mais móvel, a agregados familiares mais pequenos, etc.;
    - Alojamento para fins transitórios a custos acessíveis e residências para estudantes (por exemplo, gerir o processo de entrada no ensino superior com uma bolsa de oferta de residências universitárias a preços acessíveis);
    - Novas formas de habitar, tais como, a habitação coletiva e colaborativa.

##### SISTEMA NATURAL

- NG.SN1. Gerir o solo e os recursos geológicos
  - Valorizar e salvaguardar o recurso solo, atendendo à sua multifuncionalidade: função produtiva, função reguladora, suporte da biodiversidade e suporte das atividades humanas.
  - Desenvolver ações de retenção e reposição de solos em áreas aridas.

- Adotar estratégias de ocupação e construção que reduzam a impermeabilização do solo, fomentando o ordenamento e qualificação ambiental.
- Salvar o acesso aos recursos minerais e hidrominerais, designadamente aos locais onde eles ocorrem ou existem fortes expectativas para a sua ocorrência, evitando a desnecessária esterilização do território por usos ou atividades incompatíveis com o aproveitamento desses recursos.

#### SISTEMA DE MOBILIDADE

- NG.SM3. Aumentar a acessibilidade e a conectividade intrarregional
  - Reforçar a acessibilidade e a mobilidade rodoviária entre os subsistemas territoriais do interior e do litoral da Região Centro como fator-chave de correção de assimetrias, de promoção da coesão, e de afirmação do carácter policêntrico da região. Este eixo de intervenção inclui:
    - A conclusão do IC6, no troço Tábua-Oliveira do Hospital-Covilhã, oferecendo uma ligação transversal, crucial para a coesão territorial e ligação Litoral-Interior;

#### SISTEMA URBANO

- NG.SU1. Promover a sustentabilidade e a qualidade urbana
- NG.SU2. Aumentar a cooperação interurbana e rural-urbana enquanto fator de coesão regional
- NG.SU3. Reforçar a integração dos centros urbanos nas redes nacionais e globais

#### Normas para os Instrumentos de Gestão Territorial:

- NE.IGT.11. Controlar a artificialização do solo, privilegiando a concentração da edificação e a rentabilização das infraestruturas e equipamentos, a colmatagem de vazios urbanos e solos expectantes, a reabilitação do edificado e privilegiar a disponibilização de áreas necessárias para novos usos e atividades a partir de solos já artificializados.
- NE.IGT.12. Recensear e delimitar os aglomerados populacionais com especial valor cultural, patrimonial e paisagístico e promover a sua salvaguarda, reabilitação, valorização e multifuncionalidade, impedindo o seu esvaziamento ou gentrificação.
- NE.IGT.13. Adotar em sede de planos territoriais regras de edificação qualitativas e de carácter tipomorfológico, em particular nas áreas centrais, históricas e com frentes urbanas consolidadas e de maior densidade dos aglomerados populacionais, de forma a garantir a preservação da qualidade urbanística intrínseca desses locais e do património arquitetónico.
- NE.IGT.15. Delimitar e programar as áreas destinadas ao uso habitacional com base nas estratégias municipais, nas dinâmicas demográficas e na evolução do parque habitacional e incentivar a habitação a custos controlados.
- NE.IGT.16. Evitar que as novas áreas habitacionais sejam implantadas de forma segregada no território, devendo, pelo contrário, ter-se em conta a integração social e dotar o solo urbano de relevância progressivamente igualitária.
- NE.IGT.17. Fomentar a criação e ampliação de espaços verdes urbanos integrando, na sua conceção, a reabilitação e valorização dos ecossistemas aquáticos (rios, lagoas e zonas húmidas) de modo a aumentar a capacidade de retenção e infiltração das águas pluviais e a prevenir a erosão hídrica das margens, contribuindo para a redução do risco de cheias em contexto urbano.
- NE.IGT.18. Garantir que as operações de reclassificação de solo rústico para urbano não desvirtuem a estratégia e o modelo de organização territorial municipal; a reclassificação do solo rústico para urbano deve, prioritariamente, ocorrer na contiguidade do espaço urbano.
- NE.IGT.20. No solo rústico, privilegiar a edificabilidade nos aglomerados rurais e nas áreas de edificação dispersa, assegurando a sua revitalização ou reorganização.
- NE.IGT.21. Fora dos aglomerados rurais e das áreas de edificação dispersa, os PDM devem conter regras que tornem efetiva a exceção da ocupação do solo rústico com novas construções para habitação, só devendo ser admitidas desde que reúnam os seguintes requisitos cumulativos:
  - a) Serem comprovadamente necessárias às atividades desenvolvidas no solo rústico;
  - b) Ser imprescindível a sua localização na exploração;
  - c) Não se localizarem em áreas de risco, salvaguardando as vulnerabilidades aos perigos, nomeadamente de incêndio, cheia e inundação e deslizamento de vertentes.
- NE.IGT.22. Os novos empreendimentos turísticos em solo rústico, exceto se inseridos em Aglomerados Rurais, devem ser admitidos nas seguintes tipologias:
  - a) Empreendimentos Turísticos Isolados (ETI) – correspondem a Empreendimentos de Turismo no Espaço Rural (Casas de Campo, Agroturismo e Hotéis Rurais), Turismo de Habitação, Hotéis, Pousadas e Parques de Campismo e Caravanismo, os quais devem cumprir os seguintes critérios:
    - i. Adotar soluções arquitetónicas e construtivas que assegurem a adequada inserção na morfologia do terreno, adotando técnicas construtivas sustentáveis, incluindo a arquitetura bioclimática, a eficiência energética e hídrica, a gestão eficiente de resíduos e a integração de energias renováveis;
    - ii. Adotar soluções paisagísticas que valorizem o património natural e cultural do local e da envolvente, que promovam e garantam a preservação das vistas;
    - iii. Os hotéis e hotéis rurais devem estar associados a temáticas específicas, tais como enoturismo, turismo de saúde, de desporto, cinegético, industrial, da natureza, turismo social, educativo e cultural, entre outras.
  - b) Núcleos de Desenvolvimento Turístico (NDT) – sem localização predefinida, integram conjuntos de empreendimentos de diversas tipologias (estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos turísticos, empreendimentos de turismo de habitação, empreendimentos de turismo em espaço rural, parques de campismo e caravanismo, conjunto turístico englobando as tipologias anteriores) e equipamentos de animação turística, assim como outros equipamentos, infraestruturas e atividades de turismo e lazer, devendo estes observar os seguintes critérios:
    - i. A solução de ocupação do solo deve promover a concentração da edificação, incluindo as áreas impermeabilizadas;
    - ii. A área impermeabilizada não deverá ser superior a 35% da área total;



- 
- iii. A estrutura ecológica deve ser contínua e em articulação com a estrutura ecológica municipal;
  - iv. As soluções arquitetónicas e construtivas devem assegurar a adequada inserção na morfologia do terreno, adotando técnicas construtivas sustentáveis, incluindo a arquitetura bioclimática, a eficiência energética e hídrica, a gestão eficiente de resíduos e a integração de energias renováveis;
  - v. As soluções paisagísticas devem valorizar o património natural e cultural do local e da envolvente, garantindo a preservação das bacias visuais;
  - vi. Os NDT devem ser precedidos de plano de pormenor ou unidade de execução.
- NE.IGT.21. A delimitação dos aglomerados rurais deve ter em consideração a concentração de edificação, assim como a disponibilidade de infraestruturas e de serviços de proximidade; estes aglomerados devem ser regulamentados de forma a garantir a sua qualificação como espaços de articulação de funções habitacionais e de desenvolvimento rural, podendo contemplar áreas de expansão controladas, quando se verifiquem dinâmicas demográficas que o justifiquem desde que não contribuam para a dispersão.
  - NE.IGT.22. As áreas de edificação dispersa correspondem a espaços existentes, sem funções urbanas prevaletentes, com características híbridas e uma ocupação de carácter urbano-rural, devendo ser objeto de um regime de uso do solo que garanta a sua contenção e promova a sua densificação e infraestruturização com recurso a soluções apropriadas.

**NE.IGT.29.** Identificar os valores patrimoniais em Cartas de Património atualizadas e estabelecer as medidas de proteção, salvaguarda e valorização para o património arquitetónico e arqueológico.

---

## ÂMBITO REGIONAL 17

### PROGRAMA REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DO CENTRO INTERIOR (PROF CI)

<b>Âmbito</b>	Regional
<b>Setor</b>	Florestas
<b>Natureza Jurídica</b>	Plano setorial
<b>Publicação</b>	Portaria n.º 55/2019, de 11 de fevereiro
<b>Resumo</b>	Os programas regionais de ordenamento florestal (PROF) são instrumentos de política setorial de âmbito nacional, o, que definem para os espaços florestais o quadro estratégico, as diretrizes de enquadramento e as normas específicas quanto ao uso, ocupação, utilização e ordenamento florestal, à escala regional, por forma a promover e garantir a produção de bens e serviços e o desenvolvimento sustentado destes espaços.

**Objetivos estratégicos:**

- Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos;
- Especialização do território;
- Melhoria da gestão florestal e da produtividade dos povoamentos;
- Internacionalização e aumento do valor dos produtos;
- Melhoria geral da eficiência e competitividade do setor;
- Racionalização e simplificação dos instrumentos de política.

**Objetivos comuns a todas as sub-regiões homogéneas:**

- Reduzir o número médio de ignições e de área ardida anual;
- Reduzir a vulnerabilidade dos espaços florestais aos agentes bióticos nocivos;
- Recuperar e reabilitar ecossistemas florestais afetados;
- Garantir que as zonas com maior suscetibilidade à desertificação e à erosão apresentam uma gestão de acordo com as corretas normas técnicas;
- Assegurar a conservação dos habitats e das espécies da fauna e flora protegidas;
- Aumentar o contributo das florestas para a mitigação das alterações climáticas;
- Promover a gestão florestal ativa e profissional;
- Desenvolver e promover novos produtos e mercados;
- Modernizar e capacitar as empresas florestais;
- Aumentar a resiliência dos espaços florestais aos incêndios;
- Aumentar o rendimento potencial da exploração florestal;
- Diminuir a perigosidade de incêndio florestal;
- Contribuir para a conservação do solo e da água em geral e em particular para a conservação da água nas bacias das albufeiras de águas públicas;
- Contribuir para a conservação da natureza e da biodiversidade, em particular para os objetivos de conservação das áreas classificadas;
- Aumentar a superfície média das áreas de gestão florestal, aumentando a superfície sob gestão conjunta;
- Promover sistemas de exploração florestal articulados com o ordenamento cinegético e silvopastoril;
- Promover o aproveitamento de outros recursos silvestres, no quadro dos sistemas de exploração florestal;
- Aumentar o apoio técnico aos proprietários gestores florestais, com base no desenvolvimento da extensão florestal.

**Sub-região homogénea Cova da Beira**

Nesta sub-região homogénea, com igual nível de prioridade, visa-se a implementação e o desenvolvimento das seguintes funções gerais dos espaços florestais:

- Função geral de produção;
- Função geral de proteção;
- Função geral de silvopastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores.

**Sub-região homogénea Estrela**

Nesta sub-região homogénea, com igual nível de prioridade, visa-se a implementação e o desenvolvimento das seguintes funções gerais dos espaços florestais:

- Função geral de conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos;
- Função geral de recreio e valorização da paisagem;
- Função geral de silvopastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores.

**Sub-região homogénea Raia Norte**

Nesta sub-região homogénea, com igual nível de prioridade, visa-se a implementação e o desenvolvimento das seguintes funções gerais dos espaços florestais:

- Função geral de produção;
- Função geral de proteção;
- Função geral de silvopastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores.

**Sub-região homogénea Torre**

Nesta sub-região homogénea, com igual nível de prioridade, visa-se a implementação e o desenvolvimento das seguintes funções gerais dos espaços florestais:

- Função geral de conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos;
- b) Função geral de proteção;
- c) Função geral de silvopastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores.

## ÂMBITO REGIONAL 18

### PLANO DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO VOUGA, MONDEGO E LIS (PGRH RH4)

<b>Âmbito</b>	Regional
<b>Setor</b>	Recursos Hídricos
<b>Natureza Jurídica</b>	Instrumento de Planeamento das Águas – Plano de Gestão da Região Hidrográfica
<b>Publicação</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2024, de 3 de abril
<b>Resumo</b>	Instrumento de planeamento da água que visa a gestão, a proteção e a valorização ambiental, social e económica das águas ao nível das bacias hidrográficas integradas na RH do Vouga, Mondego e Lis (RH4).

#### Objetivos Estratégicos e Operacionais:

OE1 - Adequar a Administração Pública na gestão da água (OO1.1 - Adequar e reforçar o modelo de organização institucional da gestão da água; OO1.2 - Aprofundar e consolidar os exercícios de autoridade e de regulação da água; OO1.3 - Assegurar um licenciamento eficiente através da aplicação do Regime Jurídico do Licenciamento das Utilizações dos Recursos Hídricos (RJURH); OO1.4 - Garantir a correta aplicação da Taxa de Recursos Hídricos (TRH), alargando o âmbito dos poluentes descarregados, assegurar uma maior assertividade na cobrança e a transparência na utilização das receitas);

OE2 - Assegurar o conhecimento atualizado dos recursos hídricos (OO2.1 - Melhorar a sistematização e atualização da informação das pressões sobre a água; OO2.2 - Melhorar o conhecimento e as metodologias de monitorização e avaliação das massas de água);

OE3 - Atingir e manter o Bom Estado/Potencial das massas de água (OO3.1 - Reduzir ou eliminar os impactos através de uma gestão adequada das pressões; OO3.2 – Garantir a implementação do programa de medidas);

OE4 - Assegurar as disponibilidades de água para as utilizações atuais e futuras (OO4.1 - Garantir os caudais ecológicos nas massas de água superficiais e os caudais ambientais nas massas de água subterrâneas; OO4.2 - Assegurar uma utilização sustentável da água pelas diferentes utilizações, adequadas às disponibilidades existentes, atuais e futuras, através de um licenciamento eficiente e eficaz e de uma fiscalização persuasiva; OO4.3 - Promover as boas práticas para um uso eficiente da água);

OE5 - Assegurar a proteção dos ecossistemas e da biodiversidade (OO5.1 - Promover a continuidade fluvial, com a remoção de estruturas obsoletas e/ou incluindo mecanismos que permitam a transposição; OO5.2 - Promover o restauro dos ecossistemas aquáticos degradados e gerirlos de forma sustentável);

OE6 - Promover uma gestão eficaz e eficiente dos riscos associados à água (OO6.1 - Promover a gestão dos riscos associados a secas, cheias, erosão costeira e acidentes de poluição; OO6.2 - Promover a melhoria do conhecimento das situações de risco e a operacionalização dos sistemas de previsão, alerta e comunicação);

OE7 - Promover a sustentabilidade económica e financeira da gestão da água (OO7.1 - Intensificar a aplicação do princípio do “utilizador-pagador”; OO7.2 - Garantir instrumentos de desenvolvimento da política da água integrando o crescimento económico; OO7.3 – Garantir a internalização dos custos dos serviços de água);

OE8 - Assegurar a compatibilização da política da água com as políticas setoriais (OO8.1 - Assegurar a integração da política da água com as políticas setoriais; OO8.2 - Assegurar a coordenação setorial da gestão da água na região hidrográfica através da Comissão Interministerial de Coordenação da Água, prevista no Plano Nacional da Água (2016));

OE9 - Promover a gestão conjunta das bacias internacionais (OO9.1 - Intensificar a articulação com Espanha na gestão das bacias internacionais para atingir, de forma conjunta, os objetivos da DQA; OO9.2 - Assegurar um desempenho eficaz e eficiente da Comissão para a Aplicação e o Desenvolvimento da Convenção sobre a Cooperação para a Proteção e o Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas (CADC));

OE10 - Sensibilizar a sociedade portuguesa para uma participação ativa na política da água (OO10.1 - Assegurar a comunicação e a divulgação sobre a água, promovendo a construção de uma sociedade informada e sensibilizada para o valor e a política da água; OO10.2 - Assegurar um aumento dos níveis de participação e intervenção da sociedade e dos setores de atividade nas questões relacionadas com a gestão da água

#### Objetivos Ambientais:

Águas superficiais naturais (rios, transição e costeiras): Evitar a deterioração do estado das massas de água;

Atingir o Bom estado das massas de água - Bom estado químico e Bom estado ecológico; reduzir gradualmente a poluição provocada por substâncias prioritárias e eliminar as emissões, as descargas e as perdas de substâncias perigosas prioritárias.

Águas superficiais fortemente modificadas e artificiais: Evitar a deterioração do estado das massas de água;

---

Atingir o Bom potencial ecológico e o Bom estado químico das massas de água; reduzir gradualmente a poluição provocada por substâncias prioritárias e eliminar as emissões, descargas e as perdas de substâncias perigosas prioritárias.

Águas Subterrâneas: Evitar ou limitar as descargas de poluentes nas massas de água e evitar a deterioração do estado de todas as massas de água; atingir o Bom estado das massas de água - Bom estado químico e quantitativo garantindo o equilíbrio entre captações e recargas; inverter qualquer tendência significativa persistente para aumentar a concentração de poluentes Zonas Protegidas;

Zonas Protegidas: Cumprir, completamente, as normas de proteção definidas para cada uma das zonas.

## ÂMBITO REGIONAL 19

### PLANO DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO TEJO E RIBEIRAS DO OESTE (PGRH RH5)

<b>Âmbito</b>	Regional
<b>Setor</b>	Recursos Hídricos
<b>Natureza Jurídica</b>	Instrumento de Planeamento das Águas – Plano de Gestão da Região Hidrográfica
<b>Publicação</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2024, de 3 de abril
<b>Resumo</b>	Instrumento de planeamento da água que visa a gestão, a proteção e a valorização ambiental, social e económica das águas ao nível das bacias hidrográficas integradas na RH do Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5).

#### Objetivos Estratégicos:

- OE1: Aumentar a perceção do risco de inundação e das estratégias de atuação na população, nos agentes sociais e económicos (Sensibilizar os cidadãos para os riscos associados às inundações, aconselhando procedimentos de segurança e comportamentos adequados em caso de um evento extremo; Sensibilizar os cidadãos para os benefícios dos seguros na cobertura contra os riscos de inundações; Articular com as autarquias os procedimentos de diminuição da exposição à ameaça; Divulgar informação e riscos associados, aos diferentes períodos de retorno, nas ARPSI identificadas);
- OE2: Melhorar o conhecimento e a capacidade de previsão para adequar a gestão do risco de inundação (Garantir a operacionalidade das redes de monitorização; Melhorar a informação e as ferramentas de avaliação e previsão de fenómenos extremos e riscos associados; Reforçar a cooperação nas bacias internacionais e assegurar o envolvimento das instituições; Promover a operacionalidade e manutenção evolutiva de sistemas de aviso e alerta; Aprofundar o conhecimento sobre as inundações através de estudos e planos);
- OE3: Melhorar o ordenamento do território e a gestão da exposição nas zonas inundáveis (Articular a elaboração dos instrumentos de gestão territorial estabelecendo medidas de redução dos riscos de inundações; diminuir a exposição; reduzir a vulnerabilidade ao galgamento e inundação costeira; relocalizar ou retirar edifícios sensíveis e outros elementos expostos de áreas inundáveis);
- OE4: Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas zonas de possível inundação (Diminuir a profundidade, a velocidade de escoamento e o caudal, conduzindo à redução da perigosidade hidrodinâmica; adequar a ocupação de zonas com elevado risco de inundações minimizando os riscos para a saúde humana, ambiente, património e atividades económicas; implementar sistemas de aviso e definir planos de emergência);
- OE5: Contribuir para a melhoria ou manutenção do bom estado das massas de água (diminuir a probabilidade de ocorrência de derrames e de contaminação das massas de água em caso de inundação; promover medidas naturais de retenção de água; recuperar através da renaturalização das linhas de água).



## ÂMBITO REGIONAL 20

### PLANO DE ORDENAMENTO DO PARQUE NATURAL DA SERRA DA ESTRELA (POPNSE)

<b>Âmbito</b>	Regional
<b>Sector</b>	Conservação da Natureza
<b>Natureza Jurídica</b>	Programa Especial de Áreas Protegidas
<b>Publicação</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2009, de 9 de setembro
<b>Resumo</b>	<p>O Parque Natural da Serra da Estrela foi criado pelo Decreto-Lei n.º 557/76, de 16 de julho, por se tratar de uma região onde subsistem refúgios de vida animal e formações vegetais endémicas de importância nacional, bem como um inegável valor paisagístico e cultural.</p> <p>O Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela foi aprovado pela Portaria n.º 583/90, de 25 de julho, tendo sido revisto em 2009, com a reavaliação dos regimes de salvaguarda dos recursos e valores naturais existentes e da promoção da necessária compatibilização entre estes e as atividades desenvolvidas na área protegida em causa.</p> <p>O POPNSE estabelece o regime de salvaguarda de recursos e valores naturais e o regime de gestão compatível com a utilização sustentável do território com vista a garantir a conservação da natureza e da biodiversidade, a manutenção e a valorização da paisagem, a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento económico das populações locais.</p>

#### Objetivos gerais:

- Assegurar a proteção e a promoção dos valores naturais, paisagísticos e culturais, em especial nas áreas consideradas prioritárias para a conservação da natureza;
- Corresponder aos imperativos de conservação dos habitats naturais, da fauna e da flora selvagens protegidos;
- Enquadrar as atividades humanas através de uma gestão racional dos recursos naturais, tendo em vista o desenvolvimento sustentável;
- Assegurar a participação ativa de todas as entidades públicas e privadas, em estreita colaboração com as populações residentes.

#### Objetivos específicos:

- Promover a conservação dos valores naturais, desenvolvendo ações tendentes à recuperação dos habitats e das espécies da flora e fauna indígenas, em particular os valores naturais de interesse comunitário;
- Promover o desenvolvimento rural, levando a efeito ações de promoção e valorização das atividades económicas tradicionais compatíveis com a salvaguarda dos valores naturais;
- Assegurar a salvaguarda do património cultural da região em complementaridade com a conservação da natureza e da biodiversidade;
- Promover a educação ambiental, a divulgação e o reconhecimento dos valores naturais e culturais, sensibilizando os agentes económicos e sociais e as populações residentes na região para a necessidade da sua proteção;
- Promover e divulgar o turismo de natureza, sem que daí advenham riscos para a conservação dos valores naturais e paisagísticos.

## ÂMBITO REGIONAL 21

### PLANO DE ORDENAMENTO DA ALBUFEIRA DA COVA DO VIRIATO (POACV)

<b>Âmbito</b>	Regional
<b>Setor</b>	Recursos Hídricos
<b>Natureza Jurídica</b>	Plano Especial de Ordenamento do Território
<b>Publicação</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2004, de 31 de março
<b>Resumo</b>	O Plano de Ordenamento da Albufeira da Cova do Viriato o regime de salvaguarda de recursos e valores naturais e o regime de gestão na área que constitui o seu âmbito territorial e concretiza a estratégia de ordenamento do plano de água e zona envolvente, de modo a promover a criação de diversidade económica, biofísica e estética e na contribuição para o aumento da biodiversidade animal e vegetal, assentando em critérios territoriais, sociais e económicos, designadamente na preservação da qualidade e da quantidade da água para abastecimento público, e na adequação dos usos da faixa terrestre às capacidades e potencialidades pedológicas, fisiográficas e ecológicas.

#### Objetivos específicos:

- Definir regras de utilização do plano de água e zona envolvente da albufeira, por forma a salvaguardar a defesa e a qualidade dos recursos naturais, em especial a água;
- Definir regras e medidas para usos e ocupação do solo que permitam gerir a área objeto de plano numa perspetiva dinâmica e interligada;
- Aplicar as disposições legais e regulamentares vigentes, quer do ponto de vista de gestão dos recursos hídricos quer do ponto de vista do ordenamento do território;
- Planear de forma integrada a área do município na envolvente da albufeira;
- Garantir a sua articulação com planos, estudos e programas de interesse local, regional e nacional existentes ou em curso;
- Compatibilizar os diferentes usos e actividades existentes e ou a serem criados, com a protecção e valorização ambiental e as finalidades principais da albufeira;
- Identificar no plano de água as áreas adequadas para a conservação da natureza e as áreas mais aptas para actividades recreativas, prevendo as compatibilidades e complementaridades entre as diversas utilizações e entre o plano de água e a zona envolvente.

## ÂMBITO REGIONAL 22

### ESTRATÉGIA DE INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO PARA UMA ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE DO CENTRO DE PORTUGAL (RIS3)

<b>Âmbito</b>	Regional
<b>Setor</b>	Estratégia e Inovação
<b>Natureza Jurídica</b>	Estratégia
<b>Publicação</b>	<a href="https://portugal2020.pt/wp-content/uploads/erei_centro_1.pdf">https://portugal2020.pt/wp-content/uploads/erei_centro_1.pdf</a>
<b>Resumo</b>	A <b>Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (RSI3) do Centro de Portugal</b> define prioridades de investimento em matéria de inovação regional no quadro 2014-2020 e pretende contribuir para a sua capacidade de diversificar em termos de novos produtos, aplicações ou setores com base no conhecimento, competências, características e ativos existentes no território.

#### Visão:

A visão RIS3 definida para o Centro de Portugal está em perfeita sintonia com o desígnio central assumido pela Região Centro para o período 2014-2020 (CRER 2020), focalizada nas dimensões de investigação e inovação, essenciais para que o Centro de Portugal tenha condições para atingir as metas a que se propõe.

A Região Centro pretende reforçar a sua condição de laboratório vivo, focalizadamente diversificado, orientado pelas necessidades e bases territoriais específicas, a convergir para *Innovation Leader*, conseguindo-o:

- tirando partido dos seus múltiplos recursos endógenos, das infraestruturas existentes, dos territórios e dos agentes regionais;
- potenciando a capacidade de criação de conhecimento, assente em recursos humanos qualificados, reforçando a intensidade tecnológica na produção de bens e serviços orientados para cadeias de valor globais e aproximando o sistema científico das atividades económicas, sociais e criativas;
- consolidando-se enquanto espaço inovador, mobilizador, libertador do potencial individual e coletivo, gerador de emprego, valor económico, social e territorial;
- reforçando a produtividade, a coesão territorial e afirmando a Competitividade Responsável, Estruturante e Resiliente enquanto verdadeiro Desígnio Central suportado pelas dinâmicas RIS3.

#### Plataformas de inovação:

No contexto do processo de reflexão estratégica sobre o futuro da região, os diversos agentes regionais validaram um conjunto de domínios diferenciadores temáticos nos quais a Região Centro se diferencia. Estes domínios correspondem a áreas nas quais existe capacidade produtiva instalada e/ou capacidade de produção de conhecimento científico e tecnológico.

Partindo destes domínios diferenciadores foi possível chegar a quatro áreas prioritárias de interligação destes domínios, que funcionarão como plataformas da abordagem RIS3 do Centro de Portugal:

- Soluções industriais sustentáveis;
- Valorização e uso eficiente dos recursos endógenos;
- Tecnologias ao serviço da qualidade de vida;
- Inovação territorial.

## ÂMBITO INTERMUNICIPAL 23

### ESTRATÉGIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO INTERMUNICIPAL BEIRAS E SERRA DA ESTRELA 2020 (EIDT – CIM BSE)

<b>Âmbito</b>	Intermunicipal
<b>Setor</b>	Ordenamento do território
<b>Natureza Jurídica</b>	Programa Estratégico
<b>Publicação</b>	Fevereiro de 2015 pela Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (CIMBSE)
<b>Resumo</b>	A Estratégia Integrada de Desenvolvimento Intermunicipal (EIDT) “Beiras e da Serra da Estrela 2020” (BSE 2020) foi elaborada no contexto do novo ciclo de financiamento comunitário 2014-2020, para contratualização do respetivo Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial.

#### Visão:

- Processo acelerado de convergência económica e demográfica, mais favorável que a média do País;
- Valorização dos recursos endógenos;
- Património natural e histórico, das marcas e dos produtos provenientes do território;
- Aposta nas qualificações;

#### Missão:

- Desenvolver um processo de integração interna e de convergência acelerada com os indicadores socioeconómicos nacionais
- Alinhar prioridades e a coordenação de iniciativas, tendo em vista a utilização eficiente de financiamentos públicos e a captação de investimentos privados, resultando em projetos com impactos visíveis na eficiência do uso de recursos públicos, na especialização inteligente da Região, na qualidade de vida das populações e na utilização sustentável do território.

#### Eixos estratégicos:

Eixo I: Reforçar a atratividade e conectividade do território

Redes, Coesão Territorial, Capacitação hard - infraestruturas públicas - logística, água e saneamento, incubação de negócios como PCT e incubadoras – TIC

Eixo II: Afirmar o posicionamento estratégico da Região com base na inovação e no conhecimento

Redes soft - cooperação com SCT, ações promocionais do território, Empreendedorismo, Internacionalização, Especialização produtiva

Eixo III: Promover uma Região inclusiva

Qualificações, Educação, Terceira Economia, Igualdade de Género, Jovens e Demografia

Eixo IV: Consolidar uma Região Sustentável

Tecnologias verdes, utilização eficiente de recursos, Economia Verde

## ÂMBITO INTERMUNICIPAL 24

### PLANO DE AÇÃO DE MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL DAS BEIRAS E SERRA DA ESTRELA (PAMUS-CIM BSE)

<b>Âmbito</b>	Intermunicipal
<b>Setor</b>	Mobilidade sustentável
<b>Natureza Jurídica</b>	Programa Estratégico - operacional
<b>Publicação</b>	2015 <a href="https://cimbse.pt/areas-de-intervencao/mobilidade-e-transportes/pamus-plano-de-acao-de-mobilidade-urbana-sustentavel/">https://cimbse.pt/areas-de-intervencao/mobilidade-e-transportes/pamus-plano-de-acao-de-mobilidade-urbana-sustentavel/</a>
<b>Resumo</b>	Os Planos de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS) destinam-se a enquadrar as operações a que se pretendam candidatar no respetivo Programa Operacional Regional para a concretização das tipologias das ações no âmbito da prioridade de investimento 4.5 “ <i>Promoção das estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a sua atenuação</i> ”.

#### Objetivos específicos e linhas de orientação fundamentais:

##### Obj1: Promover as deslocações em modos suaves

- 1.1 Construir / requalificar a rede pedonal, garantindo a existência de percursos acessíveis, inclusivos e seguros nos centros urbanos e nas ligações aos principais serviços e/ou equipamentos públicos
- 1.2 Introdução de corredores cicláveis que favoreçam a utilização da bicicleta nas deslocações quotidianas
- 1.3 Desenvolvimento de campanhas e ações de divulgação que promovam as deslocações em modos suaves, junto à população em geral ou a grupos específicos (comerciantes, estudantes, etc.)
- 1.4 Introdução de um sistema de bicicletas partilhadas
- 1.5 Introdução de parqueamentos de bicicletas junto aos principais equipamentos públicos, na proximidade das interfaces de transporte coletivos, zonas industriais / empresariais e nas zonas centrais dos aglomerados

##### Obj2: Promover a existência de serviços de transporte público de qualidade e adequados à procura

- 2.1 Melhoria da ligação ferroviária na Cova da Beira: melhoria da qualidade do serviço e do material circulante no troço Covilhã-Fundão e Fundão-Guarda da linha da Beira Baixa
- 2.2 Criação e/ou reforço das linhas urbanas de TC
- 2.3 Melhoria da oferta de TC intraconcelhia e interconcelhia
- 2.5 Aquisição de autocarros
- 2.6 Melhoria da rede de paragens e interfaces (aumento de conforto dos abrigos e cumprimento da legislação sobre a acessibilidade para todos)

##### Obj3: Promover a intermodalidade no sistema de transportes coletivos

- 3.1 Criação / Requalificação das interfaces de transporte existentes, com beneficiação do espaço de espera e circulação e inclusiva a todos.
- 3.2 Requalificação / Criação dos acessos rodoviários à interface de transportes
- 3.3 Desenvolvimento de bilhética integrada que promova a intermodalidade e a utilização de outros serviços relacionados

##### Obj4: Estratégia articulada de qualificação do espaço rodoviário em contexto urbano e encaminhamento dos fluxos de tráfego para as vias adequadas

- 4.1 Construção de ligações rodoviárias para melhoria de acessibilidades regionais
- 4.2 Construção/ Melhoria de variantes rodoviárias de modo a eliminar a circulação de pesados no centro urbano e/ou introduzir melhores condições para a circulação pedonal
- 4.3 Intervenção no perfil transversal em troços de vias com redução do perfil rodoviário (controle de velocidade e aumento da segurança)
- 4.4 Melhoria da sinalética rodoviária (horizontal e/ou vertical e eventual utilização de sistemas de Leds)
- 4.5 Manutenção da rede rodoviária de proximidade

##### Obj5: Desenvolver políticas de estacionamento diferenciadas que contribuam para uma repartição modal mais equilibrada

- 5.1 Organização da oferta de estacionamento na zona central do aglomerado, nomeadamente com o controle do estacionamento de longa duração
- 5.2 Criação de oferta de estacionamento do tipo Park&Ride (serviço aos TP)
- 5.3 Marcação e reserva de oferta para utilizadores específicos (e.g., residentes, deficientes, comerciantes, veículos elétricos)
- 5.4 Postos de carregamento rápido

##### Obj6: Organização da logística e minimização os impactes associados ao tráfego de pesados

- 6.1 Organização da logística da estrutura produtiva (polos de consolidação de mercadorias)

- 
- 6.2 Controle da circulação e estacionamento de pesados no interior dos aglomerados
  - 6.3 Melhoria da acessibilidade às zonas industriais
  - 6.4 Otimização das rotas municipais de RSU e outros veículos

**Obj7: Aposta em medidas inovadoras de gestão da mobilidade e de informação**

- 7.1 Descentralização de alguns serviços públicos de carácter administrativo nas Juntas de freguesia
- 7.2 Implementação de unidades móveis de cuidados de saúde primários ou outros às aldeias
- 7.3 Informação em tempo real sobre a oferta de TC oferecida disponível online e em aplicações móveis
- 7.4 Informação em tempo real sobre a oferta de TC oferecida disponível na interface de transportes

**Obj8: Aquisição de novas competências técnicas e instrumentais pela CIM e autarquias**

---

Proposta para Discussão Pública

## ÂMBITO INTERMUNICIPAL 25

### PLANO INTERMUNICIPAL DE ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS DA CIM DAS BEIRAS E SERRA DA ESTRELA (PIAAC-CIMBSE)

<b>Âmbito</b>	Intermunicipal
<b>Setor</b>	Alterações climáticas
<b>Natureza Jurídica</b>	Programa Setorial
<b>Publicação</b>	<a href="https://cimbse.pt/wp-content/uploads/2020/02/Plano-Intermunicipal-de-Adaptacao-as-Alteracoes-Climaticas.pdf">https://cimbse.pt/wp-content/uploads/2020/02/Plano-Intermunicipal-de-Adaptacao-as-Alteracoes-Climaticas.pdf</a>
<b>Resumo</b>	O Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da CIM das Beiras e Serra da Estrela (PIAAC-CIMBSE) traduz-se numa visão regenerativa a curto, médio e longo prazo para o território, compreendendo a determinação de um conjunto de ações que visam a adaptação ou mitigação dos efeitos destas alterações.

O PIAAC-CIMBSE procura estabelecer um roteiro estratégico que facilite a adaptação da região das Beiras e Serra da Estrela aos riscos climáticos assim como colocar as ameaças decorrentes dos riscos climáticos na agenda pública.

#### Medidas:

- **Setor Financeiro, Saúde e Segurança de pessoas e bens**
  - Medida 1 - Promoção de sistemas de reutilização de água
  - Medida 2 - Gestão de água e resíduos
  - Medida 3 - Melhorar o uso eficiente de água e reduzir desperdícios
  - Medida 4 - Criação de sistemas de rega alternativos
  - Medida 5 - Monitorização e limpeza de edifícios e vias de comunicação/ estradas
- **Transportes, Infraestruturas e Energia**
  - Medida 6 - Melhoria da rede de transportes
  - Medida 7 - Promoção da utilização adequada dos equipamentos e recursos tecnológicos nas "utilities", através da utilização de equipamentos eficientes
  - Medida 8 - Promoção da eficiência das captações de água, do seu transporte e armazenamento, adoção de políticas que regulam a utilização deste recurso em situações de temperaturas extremas seca ou escassez de água
  - Medida 9 - Iluminação eficiente
- **Governança e Ordenamento do Território**
  - Medida 10 - Monitorização e limpeza de edifícios e vias de comunicação/estradas
  - Medida 11 - Promoção de sistemas de reutilização de água
  - Medida 12 - Promoção do uso eficiente da água e consequentemente redução de desperdício
  - Medida 13 - Criação de alternativas ao nível do fornecimento de água
  - Medida 14 - Promoção da melhoria da oferta da rede transportes
  - Medida 15 - Promoção da limpeza e regularização das linhas de água
- **Agricultura, Florestas, Recursos Hídricos e Biodiversidade**
  - Medida 16 - Promoção do cumprimento da legislação
  - Medida 17 - Planeamento das áreas verdes em zonas urbanas
  - Medida 18 - Promover o ordenamento florestal e a sua gestão
  - Medida 19 - Conservação e recuperação de habitats
  - Medida 20 - Promover a limpeza e requalificar/ restaurar as linhas de água
  - Medida 21 - Melhoramento das condições de escoamento em zonas críticas.



## ÂMBITO INTERMUNICIPAL 26

### PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DO PARQUE NATURAL DA SERRA DA ESTRELA (PRPNSE)

<b>Âmbito</b>	Intermunicipal
<b>Setor</b>	Conservação da Natureza
<b>Natureza Jurídica</b>	Programa de Desenvolvimento
<b>Publicação</b>	Resolução do Conselho de Ministros n.º 40/2024, de 15 de março
<b>Resumo</b>	Trata-se de um programa integrado de desenvolvimento regional do território (CIM BSE), com ações em diferentes domínios temáticos, que deverão promover a recuperação e revitalização do seu património natural e biodiversidade, assim como o desenvolvimento social e económico da região, tornando o território mais resiliente às alterações climáticas e aos seus efeitos.

Verifica-se, dentre os Eixos temáticos e objetivos do Plano de Ação relativos às Orientações e diretrizes ambientais e de sustentabilidade:

Domínio/Eixo Estratégico: Ambiente, proteção civil, florestas, agricultura e ordenamento Beiras e Serra da Estrela, um território de valorização dos ecossistemas

- O3.1 Planear e ordenar o território;
- O3.2 Prevenir e combater incêndios rurais;
- O3.3 Aumentar a biodiversidade e restauro ecológico;
- O3.4 Promover os ecossistemas enquanto ativos económicos do PNSE.

## ÂMBITO MUNICIPAL 27

### PLANO DE URBANIZAÇÃO DA GRANDE COVILHÃ (PUGC)

<b>Âmbito</b>	Municipal
<b>Sector</b>	Ordenamento do Território
<b>Natureza Jurídica</b>	Instrumento de Gestão Territorial
<b>Publicação</b>	Aviso 15208/2010, de 30 de julho, Aviso n.º 7902/2018, de 12 de junho (1.ª Alteração), Aviso n.º 10380/2021, de 2 de junho (2.ª Alteração), Declaração n.º 40/2022, de 30 de março (3.ª Alteração), Aviso n.º 15471/2022, de 5 de agosto (Correção Material) e Aviso n.º 5003/2024/2, 7 de março (4.ª Alteração).
<b>Resumo</b>	O PUGC desenvolve e concretiza o Plano Diretor Municipal, na área territorial da UOPG1 e estrutura a ocupação do solo e o seu aproveitamento, fornecendo o quadro de referência para a aplicação das políticas urbanas e definindo a localização das infraestruturas e dos equipamentos coletivos principais.

#### São objetivos gerais do PUGC:

- Obter um instrumento orientador da ocupação e transformação do solo, que sirva de base a realizações municipais e privadas;
- Propor medidas e ações tendo em vista a resolução de carências em equipamentos e a melhoria das infraestruturas;
- Criar as bases para a proteção e valorização do património histórico e recursos naturais;
- Promover a criação de uma forte interdependência espacial e funcional entre as zonas urbanas consolidadas e as de expansão, considerando a resultante como um todo com carácter próprio devidamente integrado, potenciando as condições de atratividade conducentes à concentração e desenvolvimento deste centro urbano;
- A aplicação de disposições legais e regulamentares vigentes e dos princípios gerais de disciplina urbanística, de ordenamento do território e de valorização do património cultural;
- A articulação com outros planos, programas e ou projetos de âmbito municipal e supramunicipal;
- A compatibilização e integração valorizante das áreas agrícolas ou de expressão rústica e das áreas florestais com os espaços de acolhimento das atividades urbanas, que corporizam o sistema urbano centrado na cidade da Covilhã, afirmando aquelas áreas agrícolas e florestais como participantes na edificação da cidade de usos contemporâneos;
- Definir o zonamento para a localização das diversas funções urbanas, designadamente habitacionais, comerciais, turísticas, de serviços e industriais, sem prejuízo da existência de atividades compatíveis que asseguram o contexto da cidade em cada zona;
- Assegurar, em setores específicos do território abrangido pelo PUGC, o estabelecimento e desenvolvimento de programas estratégicos de carácter singular, relevante, e decisivos na estruturação do sistema urbano associado;
- Garantir a conceção geral da organização urbana, qualificando o solo, definindo a rede viária estruturante, a localização de equipamentos de uso e interesse coletivo e de abrangência municipal e ou supramunicipal, a estrutura ecológica municipal na consideração do dever de participar na estruturação da cidade e sistema urbano associado, bem como o sistema urbano e interurbano de circulação de transporte público e privado e de estacionamento;
- Estabelecer os parâmetros urbanísticos aplicáveis a cada uma das subcategorias de espaços integrantes das categorias de espaço definidas;
- Promover a adequação, os ajustamentos e enriquecimentos dos perímetros urbanos definidos no plano diretor municipal em função seja da atualização da informação disponível, da correção derivada de atualizações cartográficas e de cadastros, seja do zonamento proposto, da conceção geral da organização urbana definida, ou do acolhimento de programas e projetos estratégicos no âmbito do dever do desenvolvimento;
- Estabelecer as unidades operativas de planeamento que possam vir a dar lugar à elaboração de planos de pormenor, instrumentos de gestão territorial que desenvolvem e concretizam propostas de organização espacial do PUGC, definindo com maior detalhe a conceção da forma de ocupação e o desenho urbano, servindo de base a projetos de execução das infraestruturas, da arquitetura dos edifícios e dos espaços exteriores, de acordo com as prioridades estabelecidas nos programas de execução constantes do PUGC.

## ÂMBITO MUNICIPAL 28

### PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DO CANHOSO – REVISÃO (PPZIC)

<b>Âmbito</b>	Municipal
<b>Setor</b>	Ordenamento do Território
<b>Natureza Jurídica</b>	Instrumento de Gestão Territorial
<b>Publicação</b>	Aviso n.º 11712/2012, de 3 de setembro (Revisão) e Aviso n.º 13310/2023, de 11 de julho (Alteração).
<b>Resumo</b>	O PPZIC desenvolve e concretiza em detalhe as propostas de ocupação de qualquer área do território municipal, estabelecendo regras sobre a implantação das infraestruturas e o desenho dos espaços de utilização coletiva, a implantação, a volumetria e as regras para a edificação e a disciplina da sua integração na paisagem, a localização e a inserção urbanística dos equipamentos de utilização coletiva e a organização espacial das demais atividades de interesse geral.

O PPZIC tem por objetivo estabelecer as regras e orientações a que tem de obedecer a ocupação e uso do solo, dentro da área de intervenção do plano.

## ÂMBITO MUNICIPAL 29

### PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DO TORTOSENDO – 3.ª FASE – (PPZIT-3F)

<b>Âmbito</b>	Municipal
<b>Setor</b>	Ordenamento do Território
<b>Natureza Jurídica</b>	Instrumento de Gestão Territorial
<b>Publicação</b>	Aviso n.º 4341/2012, de 19 de março.
<b>Resumo</b>	O PPZIT-3F desenvolve e concretiza em detalhe as propostas de ocupação de qualquer área do território municipal, estabelecendo regras sobre a implantação das infraestruturas e o desenho dos espaços de utilização coletiva, a implantação, a volumetria e as regras para a edificação e a disciplina da sua integração na paisagem, a localização e a inserção urbanística dos equipamentos de utilização coletiva e a organização espacial das demais atividades de interesse geral.

O PPZIT-3F tem por objetivo estabelecer as regras e orientações a que tem de obedecer a ocupação e uso do solo, dentro da área de intervenção do plano.

PLANO DE PORMENOR DAS PENHAS DA SAÚDE – ZONA SUL – REVISÃO (PPPS-ZS)

Âmbito	Municipal
Setor	Ordenamento do Território
Natureza Jurídica	Instrumento de Gestão Territorial
Publicação	Aviso n.º 6992/2024/2, de 1 de abril
Resumo	O PPPS-ZS desenvolve e concretiza em detalhe as propostas de ocupação de qualquer área do território municipal, estabelecendo regras sobre a implantação das infraestruturas e o desenho dos espaços de utilização coletiva, a implantação, a volumetria e as regras para a edificação e a disciplina da sua integração na paisagem, a localização e a inserção urbanística dos equipamentos de utilização coletiva e a organização espacial das demais atividades de interesse geral.

O PPPS-ZS (Revisão) tem como objetivos programáticos:

- O estabelecimento de novos parâmetros urbanísticos e desenho urbano que possibilite a regularização do edificado existente;
- A requalificação da área a abranger pelo Plano, nomeadamente, do seu edificado e na sua relação com o espaço público envolvente;
- A capacitação dos espaços para o desenvolvimento de atividades económicas e de lazer, de forma a dinamizar e qualificar a oferta turística;
- A clarificação de normas constantes do Regulamento do plano, evitando dúvidas de interpretação que conduzam à sua deficiente aplicação;
- O ajustamento da área de intervenção, excluindo do mesmo uma área não ocupada e condicionada pelo Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela e do Regime da Reserva Ecológica Nacional;
- Implementação dos princípios da economia circular e da adaptação às alterações climáticas.

## ÂMBITO MUNICIPAL 31

### PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DO MUNICÍPIO DA COVILHÃ (PMEPC)

<b>Âmbito</b>	Municipal
<b>Sector</b>	Proteção Civil
<b>Natureza Jurídica</b>	Instrumento de Planeamento e Gestão
<b>Publicação</b>	Aviso n.º 1219/2021, de 19 de janeiro
<b>Resumo</b>	O PMEPC estabelece os procedimentos, recursos, responsabilidades e medidas a serem adotadas em situações de emergência ou calamidade no Município da Covilhã. Este plano visa organizar e coordenar as operações de proteção civil e seguindo as diretrizes da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. Ele define cenários de emergência mais prováveis na região, os agentes envolvidos, os meios disponíveis e as ações a serem tomadas em cada fase da emergência: prevenção, resposta e recuperação.

#### O PMEPC tem os seguintes objetivos gerais:

- Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe;
- Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil;
- Definir a unidade de direção, coordenação e comando das ações a desenvolver;
- Coordenar e sistematizar as ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes;
- Inventariar os meios e recursos disponíveis para acorrer a um acidente grave ou catástrofe;
- Minimizar a perda de vida e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer o mais rapidamente possível, as mínimas condições de normalidade;
- Assegurar a criação de condições favoráveis ao empenhamento rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis num determinado território, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências o justifique;
- Habilitar as entidades envolvidas no plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes;
- Promover a informação junto das populações através de ações de sensibilização, tendo em vista a sua preparação, a assunção de uma cultura de autoproteção e o entrosamento na estrutura de resposta à emergência.

PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (PMDFCI)

<b>Âmbito</b>	Municipal
<b>Sector</b>	Floresta
<b>Natureza Jurídica</b>	Instrumento de Planeamento e Gestão
<b>Publicação</b>	Aviso n.º 1219/2021, de 19 de janeiro
<b>Resumo</b>	O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios da Covilhã (PMDFCI) visa operacionalizar ao nível municipal e local as normas e orientações para proteção e promoção da área florestal do Concelho da Covilhã. O documento avalia as vulnerabilidades do concelho aos incêndios florestais e propondo a implementação de medidas e ações de curto, médio e longo prazo, no âmbito da prevenção e do combate, para a defesa da floresta contra incêndios florestais. O PMDFCI tem um período de vigência de 10 anos.

Para o cumprimento do disposto anteriormente, o Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios deverá ser centrado nos eixos de atuação definidos no PNDPCI, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de maio, sendo eles:

- 1.º Eixo - Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais;
- 2.º Eixo - Redução da incidência dos incêndios;
- 3.º Eixo - Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios;
- 4.º Eixo - Recuperar e reabilitar os ecossistemas;
- 5.º Eixo - Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz.

**Objetivos e Metas:**

- Eliminar a ocorrência de incêndios de grandes dimensões:
  - Meta até 2025: Inexistência de ocorrências com área  $\geq 1000$  hectares;
  - Meta até 2030: Inexistência de ocorrências com área  $\geq 500$  hectares.
- Diminuição do n.º de ocorrências:
  - Meta até 2025: O número médio de ocorrências é  $< 73$  (média dos últimos 10 anos);
  - Meta até 2030: O número médio de ocorrências é  $< 50$ .
- Redução da área ardida anual:
  - Meta até 2025: A área ardida anual é  $< 1217$  hectares;
  - Meta até 2030: A área ardida anual é  $< 500$  hectares.
- Eliminar a ocorrência de reacendimentos:
  - Meta até 2030: Inexistência de reacendimentos.
- Manter a 1.ª intervenção em menos de 20 minutos:
  - Meta até 2030: 1.ª intervenção em menos de 20 minutos em 95% das intervenções.



### ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO (ELH)

<b>Âmbito</b>	Municipal
<b>Setor</b>	Habitação
<b>Natureza Jurídica</b>	Instrumento de normativo e programático
<b>Publicação</b>	<a href="https://www.cm-covilha.pt/db/documentos/1175.1.1659429361.pdf">https://www.cm-covilha.pt/db/documentos/1175.1.1659429361.pdf</a>
<b>Resumo</b>	A ELH visa dar uma resposta às situações de maior carência habitacional identificadas e, adicionalmente, potenciar dinâmicas de reabilitação urbana e uma maior regulação do mercado de habitação, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população, para o reforço da coesão social e territorial, e para a promoção da reabilitação urbana e do arrendamento.

AELH da Covilhã tem como objetivo geral a identificação e priorização das soluções habitacionais a desenvolver no Concelho.

Tem ainda os seguintes objetivos específicos:

- Análise e diagnóstico atualizado do contexto social no concelho da Covilhã, com a identificação das dinâmicas e carências habitacionais, assim como das famílias que vivem em condições habitacionais indignas;
- Identificação e caracterização dos recursos habitacionais disponíveis no Concelho;
- Definição da estratégia, com identificação das prioridades, objetivos e metas a alcançar, incluindo a demonstração do seu enquadramento nos princípios do programa 1.º Direito;
- Definição do programa de intervenção, com a identificação, programação e priorização de medidas/soluções habitacionais a promover no âmbito da ELH, no período máximo de execução fixado;
- Elaboração da estimativa financeira e orçamental das soluções habitacionais identificadas e enquadramento das potenciais fontes de financiamento;
- Definição do modelo de governação e dos mecanismos de acompanhamento e avaliação.

## ÂMBITO MUNICIPAL 34

### CARTA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO (CMH)

<b>Âmbito</b>	Municipal
<b>Setor</b>	Habitação
<b>Natureza Jurídica</b>	Instrumento de planeamento e ordenamento territorial
<b>Publicação</b>	---
<b>Resumo</b>	A CMH identifica e analisa as necessidades habitacionais locais, considerando questões como acesso à moradia digna, qualidade das habitações e disponibilidade de serviços relacionados.

A CMH tem os seguintes objetivos gerais:

- Conhecer com detalhe as necessidades habitacionais locais, quantitativas e qualitativas, o mercado e as suas dinâmicas, bem como os recursos habitacionais e as potencialidades locais;
- Desenvolver um planeamento e ordenamento prospetivo para resposta às necessidades habitacionais identificadas<sup>6</sup>, articulado com os instrumentos de planeamento territorial e as estratégias em domínios de intervenção conexos com a habitação;
- Conceber a estratégia de intervenção para satisfação das necessidades habitacionais, presentes e futuras, com prioridades hierarquizadas e objetivos e metas mensuráveis, tendo por base um processo participativo.

Em 25 de setembro de 2023, a Assembleia Municipal da Covilhã declarou que o concelho da Covilhã se encontra em situação de carência habitacional.

## ÂMBITO MUNICIPAL 35

### PLANO DE AÇÃO PARA A ENERGIA SUSTENTÁVEL E O CLIMA (PAESC)

<b>Âmbito</b>	Municipal
<b>Setor</b>	Energia e clima
<b>Natureza Jurídica</b>	Instrumento programático e estratégico
<b>Publicação</b>	<a href="https://plantasonline.cm-covilha.pt/geoportal">https://plantasonline.cm-covilha.pt/geoportal</a>
<b>Resumo</b>	O PAESC é baseado numa avaliação do risco e vulnerabilidade das Alterações Climáticas que fornece uma visão abrangente dos riscos atuais e futuros consequentes das Alterações Climáticas e outros fatores de stress, que são identificados com base nas projeções climáticas, mas também avaliados tendo em conta outros fatores, como vulnerabilidades.

O PAESC define diversas medidas de mitigação e adaptação às alterações climáticas que têm como objetivo cumprir com o compromisso que o Município da Covilhã assumiu com a adesão ao Pacto dos Autarcas, designadamente a redução de 55% de emissões de CO<sub>2</sub> até 2030, a redução da pobreza energética e a criação de uma visão a longo prazo para alcançar a neutralidade climática até 2050, através da transição justa.

O objetivo de redução de emissões de CO<sub>2</sub> no território deverá ser alcançado através de um aumento da eficiência energética e de uma produção e utilização mais limpa da energia, tal como formulado no Pacote de Medidas da União Europeia sobre o Clima e as Energias Renováveis.

Na vertente de adaptação às Alterações Climáticas são propostas ações com o objetivo de adaptação ou mitigação dos efeitos destas alterações. Estas ações vão desde ações de educação e sensibilização ambiental, adoção de sistemas de monitorização, avaliação e vigilância, reforço de infraestruturas verdes e gestão sustentável da floresta, ordenamento e gestão dos recursos fluviais e espécies florestais e agrícolas, controlo de pragas e doenças, entre outros.

## ÂMBITO MUNICIPAL 36

### PLANO MUNICIPAL DE AÇÃO CLIMÁTICA (PMAC)

<b>Âmbito</b>	Municipal
<b>Sector</b>	Clima
<b>Natureza Jurídica</b>	Instrumento estratégico e normativo
<b>Publicação</b>	<a href="https://plantasonline.cm-covilha.pt/geoportal">https://plantasonline.cm-covilha.pt/geoportal</a>
<b>Resumo</b>	O PMAC visa a definição de um quadro de atuação claro e preciso nos diversos domínios das políticas locais para a ação climática no concelho, integrando a dimensão territorial, a dimensão sectorial e o processo de planeamento e programação. Constitui, assim, um documento estratégico de resposta às alterações climáticas, complementar aos instrumentos locais de gestão e planeamento territorial, devendo ser integrado nestes, e dotando o município de mecanismos acrescidos de gestão, numa perspetiva de adaptação global e efetiva.

#### Objetivos principais:

- Garantir a segurança hídrica;
- Garantir condições mínimas de habitação;
- Assegurar a saúde pública;
- Proteger e conservar o património natural e paisagístico;
- Valorizar os setores agrícola e florestal; > Promover a adaptação do turismo;
- Garantir a segurança pública e a prevenção de acidentes;
- Garantir a segurança alimentar;
- Promover a eficiência energética e o autoconsumo;
- Reduzir a emissão de GEE;
- Garantir o conforto bioclimático dos espaços públicos.

#### Áreas de ação Prioritárias:

Recursos hídricos – gestão dos recursos hídricos, de forma a responder aos ciclos de défice hídrico e prevenir episódios associados ao excesso de precipitação:

- Aumento da capacidade de armazenamento de água e pelo favorecimento de consumos adaptados a situações de escassez;
  - Aumento da capacidade de amortecimento de caudais de ponta de cheia e prevenção de inundações e deslizamento de massas de vertentes.
- Habitação – identificação de situações de carência habitacional e implementação de medidas de melhoria das condições e de acompanhamento social.

Saúde pública – reforço dos meios de saúde pública e de monitorização alergológica e epidemiológica.

Ecossistemas, habitats e biodiversidade – valorização e proteção dos ecossistemas e habitats naturais, com particular ênfase nos ecossistemas de montanha.

Setores agrícola e florestal – promoção da rentabilidade económica do setor primário, garantindo a adaptação a situações de escassez hídrica e às condicionantes associadas ao aumento das temperaturas.

Proteção civil e prevenção de acidentes – identificação das áreas do concelho mais suscetíveis aos riscos atuais e futuros e reforço dos meios de socorro adequados.

Segurança alimentar – melhoria das condições de distribuição e armazenamento alimentar e reforço da biomonitorização;

Política energética – reforço da tendência de redução dos consumos energéticos e de emissão de GEE.

Monitorização do clima – monitorização meteorológica e das tendências climáticas.

Comunicação e sensibilização – desenvolvimento de campanhas de sensibilização e comunicação direcionadas à população sobre alterações climáticas e medidas de adaptação

Os objetivos da política climática municipal serão alcançados assegurando a implementação de políticas, as quais incidem em infraestruturas verdes (opções e medidas que assentam na intervenção do património natural, de modo a repor, conservar e proteger os valores em causa. Além do objetivo principal de promoção da biodiversidade e dos habitats, procuram aumentar a capacidade de reposta dos ecossistemas e atenuar a intensidade dos eventos climáticos, com recurso a soluções “baseadas na natureza”.<sup>98</sup> Deste modo, é promovida a regulação natural do ciclo da água, bem como a adaptação das atividades culturais e a prevenção de riscos), infraestruturas cinzentas (soluções que incidem diretamente no conjunto urbano e edificado, com o objetivo de garantir o conforto bioclimático das populações e a capacidade de resiliência do território construído) e medidas não- estruturais (incidem no reforço dos meios de prevenção e educação/sensibilização por parte das autoridades. Há uma aposta clara nos serviços de saúde, na monitorização das tendências climáticas e respetivos efeitos e no combate à pobreza energética. As opções associadas à capacidade de adaptação, como a eficiência energética das habitações e a monitorização da saúde pública, são aqui privilegiadas).

## ÂMBITO MUNICIPAL 37

### ÁREAS E OPERAÇÕES DE REABILITAÇÃO URBANA (ARU e ORU)

<b>Âmbito</b>	Municipal
<b>Sector</b>	Reabilitação Urbana
<b>Natureza Jurídica</b>	Instrumento de Ordenamento do Território
<b>Publicação</b>	<a href="https://plantasonline.cm-covilha.pt/geoportal">https://plantasonline.cm-covilha.pt/geoportal</a>
<b>Resumo</b>	<p>As Áreas de Reabilitação Urbana são áreas territorialmente delimitadas que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, designadamente no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética ou salubridade, justifiquem uma intervenção integrada, através de uma operação de reabilitação urbana aprovada em instrumento próprio ou em plano de pormenor de reabilitação urbana.</p> <p>As Operações de Reabilitação Urbana são conjuntos articulados de intervenções que visam, de forma integrada, a reabilitação urbana de determinada área.</p>

#### Os objetivos das ARU e ORU são:

- Reabilitação do Património Edificado;
- Revitalização urbana;
- Melhoria das condições de habitabilidade;
- Dinamização económica;
- Requalificação dos espaços público;
- Sustentabilidade urbana;
- Benefícios fiscais e incentivos.

#### No concelho da Covilhã encontram-se aprovadas as seguintes ARU:

- Aldeia do Souto (Aviso n.º 15273/2021, de 16 de agosto);
- Aldeia de São Francisco de Assis (Aviso n.º 15917/2021, de 24 de agosto);
- Boidobra (Aviso n.º 15921/2021, de 24 de agosto);
- Canhoso (Aviso n.º 15924/2021, de 24 de agosto);
- Cantar-Galo (Aviso n.º 15277/2021, de 16 de agosto);
- Casegas (Aviso n.º 15925/2021, de 24 de agosto);
- Cortes do Meio (Aviso n.º 15913/2021, de 24 de agosto);
- Dominguiso (Aviso n.º 15920/2021, de 24 de agosto);
- Erada (Aviso n.º 15914/2021, de 24 de agosto);
- Ferro (Aviso n.º 15919/2021, de 24 de agosto);
- Orjais (Aviso n.º 15915/2021, de 24 de agosto);
- Ourondo (Aviso n.º 15922/2021, de 24 de agosto);
- Peraboa (Aviso n.º 15923/2021, de 24 de agosto);
- Peso (Aviso n.º 15918/2021, de 24 de agosto);
- São Jorge da Beira (Aviso n.º 15926/2021, de 24 de agosto);
- Sarzedo (Aviso n.º 15929/2021, de 24 de agosto);
- Sobral de São Miguel (Aviso n.º 15916/2021, de 24 de agosto);
- Teixoso (Aviso n.º 15827/2021, de 23 de agosto);
- Tortosendo (Aviso n.º 15272/2021, de 16 de agosto);
- Vale Formoso (Aviso n.º 15927/2021, de 24 de agosto);
- Vales do Rio (Aviso n.º 15930/2021, de 24 de agosto);
- Verdelhos (Aviso n.º 15928/2021, de 24 de agosto);
- Vila do Carvalho (Aviso n.º 16378/2021, de 30 de agosto).

#### No concelho da Covilhã encontram-se aprovadas as seguintes ARU e ORU sistemáticas:

- Barco (Aviso n.º 15276/2021, de 16 de agosto);
- Covilhã (Aviso n.º 8833/2021, de 12 de maio);
- Coutada (Aviso n.º 15274/2021, de 16 de agosto);
- Paul (Aviso n.º 15271/2021, de 16 de agosto);
- Unhais da Serra (Aviso n.º 15275/2021, de 16 de agosto).

**EQUIPA TÉCNICA:**



**TERRITÓRIO XXI** – Gestão Integrada do Território e do Ambiente  
Avenida da República, n.º 679, 2.º Andar, Sala 23  
4450-242 Matosinhos  
T. +351 220 135 202  
[geral@territorioxxi.pt](mailto:geral@territorioxxi.pt)